



Anais da Assembléia

N.º 65

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 27 DE JUNHO DE 1985

ANO XI

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 102/85

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em conta o que foi aprovado pelo Plenário, PROMULGA a seguinte EMENDA à Constituição do Estado:

Art. 1.º — Fica acrescido ao § 2.º do art. 42 da Constituição do Estado do Paraná, o seguinte:

“Se nenhum candidato obtiver a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, 30 dias após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados, podendo se dar a eleição por maioria simples”.

Art. 2.º — O § 1.º do art. 106 da Constituição do Estado do Paraná passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º — O Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão eleitos por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos. Se nenhum dos candidatos a Prefeito e Vice-Prefeito obtiver a maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, 30 dias após a proclamação do resultado, somente concorrendo os dois candidatos mais votados, podendo se dar a eleição por maioria simples”.

Art. 3.º — Ficam revogados o inciso XX do art. 47, e o art. 108, com seus incisos e parágrafo, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 4.º — O inciso IX do art. 22 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação: “Aprovar, previamente, por votação secreta, a indicação dos Conselheiros do Tribunal de Contas”.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Apoioamento:

Roberto Requião
Paulo Furiatti
Djalma de Almeida César
Tadeu França
Orlando Pessuti
Anibal Khury
Mário Pereira
Adhail Sprenger Passos
Edmar Luiz Costa
Tadeu Lúcio Machado

Acir Mezzadri
Nestor Baptista
Nilso Sguarezi
Gernote Kirinus
Eduardo Baggio
Sabino Campos
Homero Oguído
Rubens Bueno
Trajano Bastos
Ferrari Júnior.

JUSTIFICATIVA:

As democracias modernas já consagraram o princípio da maioria absoluta, na eleição para cargos executivos, como o que mais confere legitimidade e representatividade ao eleito.

A Nova República adotou tal princípio para a eleição do

Presidente da República, razão pela qual entendemos que cabe aos Estados estendê-los às eleições para Governadores e Prefeitos, com seus respectivos Vices.

É importante salientar também que a eleição em dois turnos fortalece decisivamente o verdadeiro pluripartidarismo, na medida em que possibilita a todos os Partidos participarem do processo eleitoral em igualdade de condições.

DA ELEIÇÃO DE GOVERNADORES E PREFEITOS

A Emenda Constitucional n.º 25 ao dispor sobre a eleição do Presidente da República em dois (caso não seja obtida, logo na primeira votação, a maioria absoluta de votos em favor de um candidato), alterou, nesse mesmo sentido, as normas vigentes para eleição de Governadores e Prefeitos.

Embora adotando o País a estrutura federativa, o que faria supor uma grande autonomia de Estados e Municípios, fato pe que estão eles submetidos, em diversas matérias, aos princípios que a Constituição Federal estabelece para a União. No que diz respeito à forma de investidura nos cargos eletivos, em decorrência de determinação expressa do Texto Constitucional que, em seu artigo 13, II, dispõe:

“Art. 13 — Os Estados organizar-se-ão e reger-se-ão pelas Constituições e leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:

II — a forma de investidura nos cargos eletivos”.

Com relação aos Municípios, estende-se também a eles o disposto na Emenda Constitucional n.º 25. Não possuem eles uma Constituição própria sendo regulados por Leis Orgânicas editadas pelos Estados. É curial que estes não podem, ao disporem para o Município, fazer uso de outros princípios diferentes daqueles a que eles próprios estão sujeitos.

Outro não tem sido, de resto, o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, por diversas vezes, tem se manifestado no sentido de que deve haver simetria entre o previsto na Constituição Federal para a União e o prevalecente para os Estados e Municípios em tudo que diz respeito à composição e o relacionamento dos Poderes do Estado.

Não vem ao caso invocar-se o § 2.º do art. 13, que disporia sobre a modalidade de eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, nada dispondo aí, sobre a eleição de dois turnos. Na verdade, este dispositivo disciplina, não há negar-se, a forma de eleição do chefe do Executivo estadual, mas o que é importante notar, nada estatui sobre o escrutínio em dois turnos. Ora, em sendo assim, omitindo-se o artigo, nada impede que se dê obediência ao princípio maior que é o da extensão aos Estados da forma de investidura nos cargos eletivos.

Essa modalidade só poderia ser excepcionada mediante expressa determinação constitucional. Como não existe expressa referência no § 2.º, do art. 13, sobre a exclusão da modalidade em dois turnos ou sobre a imposição da forma de um único turno, nada impede que se dê aplicação ao inciso II do art. 13. É esta a boa regra de hermenêutica. A aplicação, tanto quanto possível ampla de dispositivos que aparentemente, se

Consultando-se a doutrina, vê-se que não é outra a lição dos estudiosos. Manoel Gonçalves Ferreira Filho é do entendimento acima exposto conforme se pode ver do seguinte trecho:

"Forma de investidura. Isto significa que o modo pelo qual se dá o acesso aos cargos eletivos (eleição direta ou indireta, proporcional ou majoritária, etc.) nos Estados, é fixada na Constituição Federal, seja explícita, seja implicitamente. O modo adotado por exemplo, nas eleições para a Câmara dos Deputados, é o que tem de ser seguido nas eleições para a Assembléia Legislativa, salvo exceção expressa no Texto Federal. Este, aliás, prevê eleição direta de Governador..., conquanto seja indireta a do Presidente da República". (Comentários à Constituição Brasileira p. 121).

Portanto, o melhor entendimento não pode ser outro senão o de que na hora atual, por força do disposto na Constituição Federal acerca da modalidade de eleição do Presidente da República, encontram-se alteradas as formas de recrutamento do Chefe do Executivo, tanto estadual como municipal.

As Constituições dos Estados e as Leis Orgânicas dos Municípios devem tão-somente, proceder as alterações necessárias para adequarem-se ao Texto Federal.

Trata-se, portanto, de um procedimento meramente declaratório e não constitutivo porque, por força da Constituição da República, a disciplinação aqui esposada já se encontra em vigor.

Com relação mais especificamente aos Municípios, também estes haverão de ter os seus Prefeitos eleitos por escrutínio a dois turnos. É que aos Estados cabe organizar os Municípios. Ao assim proceder deverão fazê-lo mediante a aplicação dos mesmos princípios a que eles, Estados, estão submetidos.

Assim sendo, bastou a alteração do previsto para a União, para que se tenham por alterados os princípios até então aplicados a Estados e Municípios. Nessas condições implantado o escrutínio a dois turnos para a eleição do Presidente da República, "ipso facto", por dois turnos também deverão ser eleitos os Governadores e os Prefeitos, sem necessidade de nova alteração do Texto Constitucional da República. Disto deu demonstração, recentemente, a Câmara dos Deputados, quando através de lei ordinária, tentou disciplinar o assunto.

Não fossem os dois turnos já extensíveis a Estados e Municípios, como poderiam sê-lo por via de lei ordinária?

O fato de ter tentado regulamentar por intermédio da lei comum um assunto desta magnitude revela por si só que na essência a votação dominante já é a de dois escrutínios. Na hipótese inversa o projeto já teria esbarrado na Comissão de Constituição e Justiça que, por certo, teria apontado o vício de inconstitucionalidade do projeto.

Em conclusão, nada mais resta senão o Tribunal Superior Eleitoral regulamentar o pleito estatuído, sobretudo o que for necessário para a sua realização.

É de bom alvitre, também, como já vimos, que as Leis Orgânicas dos Municípios se adaptem a essa nova modalidade eleitoral.

São Paulo, 19 de junho de 1985.

(a) CELSO RIBEIRO BASTOS

Curitiba, quinta, em 27.06.85

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 56.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1985.

QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Erondy Silvério.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Artagão Mattos Leão (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO- procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do P.M.D.B., indico os Senhores Deputados: ORLANDO PESSU-

TI, MÁRIO PEREIRA e FERRARI JÚNIOR, como membros efetivos e suplente o Senhor Deputado RUBENS BUENO, para comporem a Comissão Especial que estudará os problemas atinentes aos MOINHOS COLONIAIS DE TRIGO.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, na qualidade de Líderes de suas respectivas Bancadas, indicam membros para a Comissão Estadual que procederá a estudos sobre o Trigo e os Moinhos Coloniais: Titulares: Deputado Edgard Pimentel-PDS

Deputado Basílio Zanusso-PFL

Suplentes: Deputado Toguio Setogutte-PDS

Deputado Augusto Carneiro-PFL

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(aa) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

GILBERTO CARVALHO

Líder do PFL.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 69/85, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário seja dispensada da redação final o Projeto de Lei n.º 20/85, que define divisas do Distrito Administrativo de Florianópolis, localizado no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário a dispensa da publicação da Redação Final, do projeto de Lei n.º 110/85, que objetiva majorar os salários do funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

GILBERTO CARVALHO

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a dispensa da votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 69/85, que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, de forma a complementar os recursos necessários para fins que especifica.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

GILBERTO CARVALHO

Líder do PFL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a dispensa da votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 110/85, que objetiva majorar os salários do funcionalismo público estadual.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e PMDB

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

GILBERTO CARVALHO

Líder do PFL

ANTÔNIO BELINATI

PDT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, formação de uma Comissão Especial para tratar de reparos na BR-101 - trecho Curitiba/Florianópolis, composta por 05 (cinco) membros, mantidos os critérios de representatividade.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, como parte interessada, não pode deixar de lado um problema de tamanha envergadura, que causa problemas os mais sérios, no campo dos transportes.

Cumprido esclarecer que o vizinho Estado

de Santa Catarina já está providenciando a formação de Comissão congênere, visando estabelecer um grupo parlamentar que, unido, possa conseguir soluções rápidas aos problemas que ocorrem no leito carroçável da referida via, que se encontra em péssimo estado de conservação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja designado o dia 30 de outubro do corrente ano, à SESSÃO SOLENE, para entrega do Título de Cidadão Honorário Paranaense a Dom Pedro Casaldáliga, nos termos da Lei n.º 8.081, de 15 de maio do corrente, sancionada pelo Governador José Richa.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de congratulações com o povo de Clevelândia, pela passagem do seu 93.º aniversário de emancipação política. Demembrado que foi de Palmas no ano de 1892, o mais antigo Município do Sudoeste do Paraná, passa, nos últimos anos, por um extraordinário surto de progresso.

Clevelândia, fruto da visão administrativa de sucessivos governo municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a indústria, e o município conta hoje com extraordinárias empresas industrial e comercial.

É com orgulho, portanto, que o povo de Clevelândia comemora o 93.º aniversário de seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Clevelândia já conquistou, com trabalho que vem sendo feito pela administração do prefeito IDEVALDO ZARDO, e com a colaboração de toda a comunidade, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

O Município de Clevelândia faz parte do Sudoeste paranaense. É o município número um do Sudoeste paranaense e, também chamado de "Portal do Sudoeste", pois dele foram desmembrados nada menos do que 24 municípios dos que hoje compõem a vasta região sudoestina.

No dia 10 de agosto de 1908, por Lei Municipal n.º 03 e confirmado pela Lei Estadual n.º 862, de 29 de março de 1909, o município passou a denominar-se CLEVELÂNDIA, em homenagem ao então

Presidente dos Estados Unidos STEFEN GROVER CLEVELAND que, como árbitro dirimiu a questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, relativa ao então Território das Missões, pretendido pela Argentina.

A Lei n.º 28, de 28 de junho de 1892, elevou à categoria de Vila, com a denominação de Bella Vista de Palmas, hoje Clevelândia, que pode orgulhar-se de seu passado e de seus filhos, de ontem e de hoje, entre os quais este Deputado, ali nascidos ou vindos de outras plagas.

Requer, finalmente que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e todos os Vereadores de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, envio de voto de louvor, através do D.E.R.- Departamento de Estradas de Rodagem-, ao Coordenador da 9.ª Coordenadoria Regional do D.E.R.- Maringá-Pr., Doutor ANTONIO TCHAIKA, pelos relevantes serviços prestados no setor sob sua jurisdição.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(aa) DIRCEU MANFRINATO

TADEU FRANÇA

FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, de apelo no sentido de que as concessionárias dos serviços públicos estaduais, dispensem o pagamento de taxas ou tarifas pelo fornecimento de água e energia elétrica às entidades que atendem o menor abandonado e a velhice desvalida.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Na difícil conjuntura que atravessamos, é dever do Estado, prestar todo o apoio às instituições que cuidam de graves problemas sociais, como os do menor abandonado e da velhice desamparada. Assoberbadas por sérias adversidades decorrentes do alto custo de vida e dependendo de escassos recursos financeiros, inúmeras entidades assistenciais chegam a dramática situações, quase ao colapso. A questão do menor abandonado representa a pedra angular de toda tensão social que o País

enfrenta, face aos enormes contingentes de marginais que vão se formando, intranquilizando a sociedade e superlotando as casas de correções e, posteriormente, as penitenciárias.

Na mesma prioridade, encontram-se aquelas organizações voltadas ao amparo às pessoas idosas e sem recursos. Achamos que o Estado, isentando o pagamento de energia elétrica e água a tais entidades, não estará senão cumprindo um inestimável serviço e um alienável dever constitucional para minorar as agruras que tais instituições hoje atravessam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de um apelo à alta direção do Banco do Estado do Paraná no sentido de que adote uma correta política de pessoal a fim de sanar as distorções existentes e que penalizam os funcionários daquele estabelecimento oficial de crédito, e para que atenda às ponderações feitas pela Federação dos Bancários do Paraná e pela Comissão criada no II Encontro Nacional do Funcionários do BANESTADO para promover um amplo debate com entidades sindicais sobre o Quadro de carreira que se pretende implantar.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o envio de apelo deste Legislativo à direção do BANESTADO tendo em vista ser este um estabelecimento oficial de crédito de responsabilidade do Governo do Estado. A manutenção das distorções existentes podem gerar dificuldades de ordem administrativa e operacional, comprometendo o papel e a atuação do banco que, por ser oficial, devem estar voltados para o desenvolvimento do Paraná, e por isso precisa apresentar os mais elevados índices de eficiência e de eficácia em face da responsabilidade do Estado.

Entre as distorções apontadas, por exemplo, há a absurda inversão da hierarquia salarial, pela qual um vigilante percebe 50% a mais que um funcionário.

Por essas razões julgamos como pertinente o apelo deste Legislativo para que o BANESTADO efetue as correções necessárias na sua política de pessoal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições

regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado aos Diretores do Jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", de Maringá, felicitando-os pela inauguração de sua sede própria à Av. Mauá, n.º 1988, que dar-se-á no dia 29 de junho de 1985, assim, como pela passagem do 11.º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Presidente desta Casa, para que seja indicada uma Comissão de Deputados, para representar a Assembléia nas comemorações de inauguração da sede própria, e do 11.º aniversário de "O Diário do Norte do Paraná", de Maringá, que dar-se-á no dia 29 de junho de 1985.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, solicitando a execução de estudos que colimem a contratação dos remanescentes da Quarta Turma do Concurso de Formação de Agente Fiscal.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA
Líder do Governo e PMDB.

JUSTIFICATIVA:

Por uma medida de elevado alcance social é que estamos propondo a medida ora apresentada. Ocorre que trezentos e oitenta aprovados fizeram o referido Curso, sendo que só trezentos é que foram aproveitados. No entanto, durante o Curso, os Agentes proporcionaram uma receita de CR\$ 1.300 milhões, tendo o Curso uma despesa de aproximadamente CR\$ 600 milhões. Fica patente, então, o melhor desempenho conseguido pela Receita do Estado à época, assim como também fica claro que o aproveitamento dos remanescentes não trará despesas extras, pois eles próprios gerarão a origem dos seus salários.

Cumpra também esclarecer que todos foram obrigados a abandonarem seus empregos para frequentarem o Curso, causando uma expectativa de melhoria a pessoas que têm dependentes econômicos.

Pelo exposto, e no aguardo de uma medida que possa proporcionar justiça

social de um lado, e uma otimização do desempenho da Receita estadual do outro, é que apresentamos o requerido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney e ao ministro de Minas e Energia, Doutor Aureliano Chaves, solicitando que a isenção do IPI sobre a aquisição de automóveis destinados a serviço de táxi seja estendida aos veículos fadados ao exercício das funções de viajantes comerciais e corretores de imóveis.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia do presente requerimento ao Senhor Lino Roberto Soares Rodrigues- Presidente da AVOPAR - Rua Sete de Setembro, 2577- Cascavel e ao Senhor Antonio Linares Filho- Delegado do CRECI- Rua Souza Naves, 442, conj. 208, Cascavel.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A AVOPAR- Associação de Viajantes do Oeste do Paraná- tem nos seus encontros, debatido exaustivamente a possibilidade do Governo atender à classe com este tipo de apoio logístico, qual seja, a isenção do IPI na aquisição do veículo pelo profissional habilitado, nos mesmos moldes do sistema estabelecido para os taxistas.

Identicamente as Associações dos Corretores de Imóveis reivindicam tal benefício, o que consideramos lícito e válido, pois esta categoria profissional passa por difícil situação diante da recessão econômica que está afetando seriamente o setor imobiliário e prejudicando a ação destes profissionais.

Reconhecemos no viajante comercial e no corretor de imóveis duas categorias de profissionais que preciosa contribuição presta ao longo da história de nossa terra ao desenvolvimento. Incorpora-se ao processo de desbravamento bandeirantista, se lembramos os inauditos sacrifícios que representava uma viagem aos mais distantes rincões inadequados, intempéries e toda sorte de riscos compunham um quadro hostil ao exercício de tão abenegada profissão.

Daquela odisséia restou ainda significativo segmento que embora hoje desfrute das comodidades que o progresso trouxe, está oprimido pelo alto custo de vida e sofre a concorrência dos meios de comunicação modernos que aproximam produtor e consumidor sem a interveniência do tradicional viajante comercial e corretores de imóveis.

Curitiba, quinta, em 27.06.85

É portanto justa a aspiração

acalentada pelas entidades de classes dos viajantes comerciais e corretores de imóveis e, com elas solidário, propomos que o Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, conceda a isenção do IPI para aquisição de suas viaturas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Aloízio Alves- DD. Ministro de Estado da Administração e Waldyr Pires- D.D. Ministro da Previdência e Assistência Social, solicitando urgente reajuste salarial aos representantes da Previdência Social- Área Rural.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Diante da insustentável situação em que se encontram os Representantes da Previdência Social- Área Rural, solicitando com a máxima urgência um reajuste condizente aos valorosos trabalhos que os mesmos desempenham.

As referidas Representações estão na eminência de fechar suas portas, simplesmente por não terem mais condições em atender o trabalhador rural, pela insignificância do salário.

É pois justa a presente reivindicação e aguardamos a aprovação do mesmo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, envio de expediente aos Ilustríssimos Senhores JOSÉ VICENTE PAROLI, ANTONIO DOS SANTOS SOARES e PAULO SÉRGIO RODRIGUES, fundadores do Movimento Político do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

Considerando o trabalho que vem sendo elaborado pelos fundadores desta entidade em vários municípios do Estado, esternamos os nossos cumprimentos por esta valiosa colaboração ao povo paranaense.

O Movimento Político tem por finalidade incentivar a população a participação efetiva nas áreas sociais, culturais, administrativas e políticas de seus municípios.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Olímpio de Paula Xavier, digníssimo Secretário de Estado da Administração e Ilustríssimo Senhor Max Rossemann Digníssimo Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, sugerindo-lhes a implantação da Homeopatia no IPE.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

A implantação da medicina Homeopática no IPE, é uma reivindicação antiga dos Servidores Públicos de nosso Estado. A Homeopatia é reconhecida como especialidade médica através do Conselho Federal de Medicina, e o próprio Ministério da Saúde, interessado que está em novas opções terapêuticas encaminhou recentemente projeto que visa a instituição da Homeopatia e outras tendências terapêuticas no INAMPS, dentro de no máximo 90 dias, com certeza, teremos a implantação deste sistema.

Por que não trazê-la, imediatamente ao nosso IPE?

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando-lhe, que objetive estudos com urgência urgentíssima, com o firme propósito, que se efetive no mais curto espaço de tempo, a construção de uma ponte sobre o Rio São Mateus, com o cumprimento de aproximadamente 25 (vinte e cinco) metros, no Município de Jussara.

Tal solicitação prende-se ao fato de que o Município de Jussara é dos que mais sofre com a estagnação de recursos financeiros devido principalmente, a concentração dos mesmos na esfera federal, e que no momento as suas receitas tributárias tanto de ICM (comprometido a sua totalidade com 2 leassings, feitos pela administração anterior e corrigidos em dólar); também o Fundo de Participação dos Municípios já está comprometido com o pagamento dos servidores municipais, portanto, objetivamente, a Prefeitura Municipal não dispõe de recursos orçamentários para qualquer tipo de investimento.

Outrossim, requer, que a decisão desta Casa se dê conhecimento aos Excelentíssimos Vereadores Municipais.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Atualmente os Agentes de Saneamento e os Inspectores de Saneamento do Estado do Paraná são, aproximadamente, em número de 700 e de 60, respectivamente.

Eles desenvolvem um trabalho da maior importância no setor de Higiene e Saneamento, atendido à comunidade que busca apoio e orientação neste sentido.

Contudo, possuem uma situação bastante precária em sua posição funcional, não pertencendo ao Quadro Geral da Administração Direta.

Organizados na Associação dos Funcionários de Saneamento do Estado do Paraná, fundada em 30/03/76, eles vêm reivindicando a sua integração naquele quadro.

Conscientes do papel destes profissionais na prestação de serviços tão essenciais para a comunidade, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa, solicitando do mesmo a viabilização de estudos no sentido de atender à justa solicitação daquela categoria, ou seja, que passem para o quadro de funcionários da Administração Direta do Estado.

Com o objetivo de contribuir para os referidos estudos, anexamos ao presente anteprojeto de lei elaborado pela Associação que congrega aqueles Agentes e Inspectores de Saneamento.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Diretor do Instituto de Assistência ao Menor Dr. Romeu Munareto, solicitando do mesmo providências no sentido de viabilizar auxílio para a construção da sede própria da Guarda Mirim de Mandaguari.

A medida conta com o integral apoio da Câmara Municipal daquela cidade e visa ajudar a uma entidade que atende aproximadamente duzentas crianças carentes.

Outrossim, solicitamos que seja encaminhada cópia deste expediente à FUNABEM.

Por outro lado, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Mandaguari.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Pedro Simon, solicitando do mesmo especial atenção às reivindicações contidas na "Carta do Trigo", aprovada pela V Reunião Nacional da Indústria do Trigo e que buscam fixar diretrizes para uma política do trigo.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Sindicato da Indústria do Trigo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à FUNABEM, solicitando daquele órgão estudos com vistas a buscar alternativas aos métodos de confinamento de menores carentes ou abandonados em orfanatos e reformatórios.

Estas instituições apenas conseguem deformar a criança, além de representarem um elevado ônus, que pesa no bolso do povo, sem trazer qualquer benefício ao menor atendido ou à comunidade.

É preciso uma nova escola, de jornada diária integral, em que a terapia ocupacional eliminaria de uma vez por todas a própria incubação de crianças pedintes, maltrapilhas, todas delinquentes em potencial.

É válido observar experiências bem sucedidas como o Lar Betânia, de Maringá e a sua política de "filhos adotivos" e a experiência de Santa Fé, com as suas originalíssimas creches domiciliares.

Em discussão, portanto, as alternativas de atendimento ao menor, que precisam ser encaradas dentro da necessária e indispensável prioridade.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. José Richa, solicitando do mesmo medidas no sentido de assegurar que será prioridade às firmas paranaenses na decisão da concorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo.

A Câmara Municipal de Pinhão, município no qual será realizada a referida obra, aprovou requerimento com este mesmo teor.

Outrossim, solicitamos que seja enviado expediente idêntico ao Excelentíssimo Sr. Presidente da COPEL, Dr. Ary V. Queiróz.

Por outro lado, solicitamos que da decisão do Plenário seja dado ciência aos Senhores Vereadores na Câmara Municipal de Pinhão.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Dr. Camilo Calazans MD. Presidente do Banco do Brasil, solicitando prioridade da aprovação dos projetos paranaenses enviados ao FUNTEC, em especial aos solicitados pelo Município de Rolândia.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Banco do Brasil, em boa hora, desenvolve as análises dos projetos encaminhados ao FUNTEC/Fundo

de Desenvolvimento de Programas Cooperativos ou Comunitários de infra-estrutura Rural.

O repasse de recursos provenientes dessa fonte é ansiosamente aguardado pelas populações rurais do Paraná, Estado eminentemente voltado à produção agrícola.

No momento, a Consultoria Técnica da Presidência do Banco do Brasil analisa os projetos. É de maior relevância que o Excelentíssimo Sr. Dr. Camilo Calazans, MD. Presidente da instituição, confira caráter de prioridade a estes estudos.

Particularmente, solicitamos atenção especial aos projetos enviados pelo Município de Rolândia, em número de três, na seguinte ordem de preferência: Pitangueiras, São Martinho e Nossa Senhora Aparecida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Diretor-Presidente da TELEPAR, Gilberto Geraldo Garbi, solicitando providências no sentido da imediata ampliação do sistema telefônico de Toledo.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A TELEPAR, empresa que presta eficientes serviços aos usuários, é servida por brilhantes técnicos. Prova disso é a grande facilidade que existe em se realizar qualquer ligação telefônica neste Estado. Mas, se a capacidade é tão positiva, por outro lado quanto ao planejamento, vem deixando a desejar, ao menos em nosso Município, Toledo.

É sabido que fizeram um plano para Toledo de instalação de telefones para três anos. Seriam três anos onde haveria oferta suficiente para a demanda. Mas, em apenas seis meses, a oferta esgotou-se. Esqueceu-se de atentar ao fato de que Toledo é o sexto município em arrecadação do ICM no Estado do Paraná, e que vem crescendo a níveis impressionantes, quer na sua produção agropecuária, quer na criação de novas indústrias, que lhe tem dado indiscutível projeção nacional, aumentando dessa maneira a necessidade de comunicação, principalmente telefônica.

Dado esse progresso impressionante, não é justo e muito menos aceitável, que se cerceie esse tipo de comunicação por falta de um planejamento mais adequado.

Soubemos que uma empresa contratada para ampliar a capacidade dos serviços telefônicos, denominada STANDARD ELETRIC, fechou suas portas. Em decorrência desse contrato, alega agora a TELEPAR, os novos telefones para Toledo somente serão instalados em 1987.

A comunidade toledana não pode arcar com o prejuízo e não é justo que o progresso seja obstaculizado, em decorrência de contratação de uma firma incapaz de cumprir contrato firmado.

Por estes motivos, solicitamos a Vossa Senhoria, sempre atento às justas reivindicações do nosso povo, providências urgentes no sentido da ampliação do sistema telefônico de Toledo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente com apelo dirigido aos Ilustres Membros

da Representação do Estado, na Câmara e no Congresso Nacional, pleiteando a REVOGAÇÃO de Norma Jurídica, referente ao Parágrafo Único do Artigo 6.º, da Lei Complementar n.º 28, de 18 de novembro de 1975, modificado pela Lei Complementar n.º 39, de 10 de dezembro de 1980.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI, HOMERO OGUIDO,
JOSE ANTONIO FONSECA, NELSON VASCONCELLOS,
MÁRIO PEREIRA e FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação intenta remover as severas restrições contidas no aludido preceito legal, estabelecidas ao desmembramento de parte do território de município para a anexação a outro.

Com efeito, ao condicionar o procedimento à anuência das Câmaras Municipais interessadas, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta de seus membros, inviabiliza institucionalmente a solução de centenas de questões lindeiras intermunicipais, sobretudo nos Estados que tiveram recentemente ou assistem a expansão de suas fronteiras.

É por todos sabido que a rápida ocupação territorial dos espaços vazios dá lugar à caótica divisão político-administrativa das regiões pioneiras. Conseqüentemente, ao longo de certo tempo, a natural acomodação das comunidades revestidas de personalidade jurídica e política, põe de manifesto os equívocos e distorções causados pelo apriorismo legislativo.

Daí, a imperiosa necessidade de permitir-se, através das devidas cautelas, que as populações expressem a vontade de pertencer a outro município onde seus interesses e demandas sejam convenientemente satisfeitos.

No Paraná existe, atualmente, cerca de uma centena de correções na divisão administrativa, carentes de urgente atendimento. Contudo, o rigor da Legislação Federal antes indicada, erige-se em obstáculo intransponível na direção de soluções conciliatórias dos interesses legítimos das populações e da conveniência dos municípios.

Eis o móvel do presente apelo, ratificado pela Assembléia Legislativa, a fim de que os nobres Deputados Federais e Senadores da República, providenciem, mediante elaboração de projeto de lei, a revogação do indigitado dispositivo legal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, informações ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, com base no que dispõe a Constituição Estadual, sobre viagens de Secretários de Estado e dirigentes de empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista, no período de 1.º de junho de 1984 a 27 de junho de 1985, especificando:

1. Quais as viagens realizadas?
2. Quais os Secretários e/ou dirigentes de empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista que participaram de cada uma das viagens;
3. Qual o motivo de cada uma das viagens realizadas?
4. Qual o montante das despesas realizadas em cada uma das viagens?
5. Qual o benefício e qual o retorno para a administração pública e para o Estado de cada uma das viagens realizadas?

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder da Oposição

JUSTIFICATIVA:

Através de notícias e de informações veiculadas pela imprensa, tem-se conhecimento, a cada dia, de viagens empreendidas por autoridades governamentais a outros Estados e ao Exterior.

Ainda agora relata-se o périplo dos Secretários da Agricultura e do Interior e do Superintendente da SUREHMA por vários países da Europa, ao longo de 20 dias. Ano passado, uma caravana chefiada pelo Secretário das Finanças esteve no Japão, e uma outra missão, chefiada pelo Secretário da Indústria e do Comércio foi a países árabes.

Neste mês de junho, tivemos notícia da ida de uma caravana de mais de cem pessoas em visita ao projeto Carajás.

Essas viagens têm um custo elevadíssimo, causando preocupação o montante dos gastos com sua realização para um Governo que se diz impossibilitado de pagar o funcionalismo no caso de não realizar uma operação de empréstimo externo no valor de US\$ 63,6 milhões para a rolagem da dívida.

Um governo que se diz democrático, participativo e transparente deve prestar contas, detalhadamente, de todos os seus atos e de cada cruzeiro que gasta, com que objetivo e qual o benefício decorrente desses gastos para a comunidade estadual.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 127/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. DANIEL BORGES DOS REIS.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A personalidade de Daniel Borges dos Reis é por demais conhecida e enaltecida nos meios políticos e culturais de nosso Estado. Sua vasta atividade no magistério de nossa terra, e nos altos cargos e funções que exerceu na administração pública o fazem dos mais merecedores a receber a outorga da Cidadania Honorária Paranaense. Paulistano de nascimento, desde muito cedo radicou-se em nosso Estado, onde veio a constituir família e a emprestar no magistério e na administração pública, sua capacidade.

Professor dos mais eméritos, quer no ensino secundário, quer no ensino superior, dedicou-se com ênfase na formação de nossa juventude por largos e profícuos anos. Na administração pública, sua vida foi pautada por denodo à causa pública, quer como Secretário de Estado, como integrante do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, onde chegou a exercer o seu cargo máximo, como Presidente daquela respeitosa Corte.

O extenso "curriculum vitae" que anexamos ao presente, bem comprova a justificada medida que ora encaminhamos à consideração de nossos Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

CURRICULUM VITAE

DANIEL BORGES DOS REIS

1. DADOS PESSOAIS:

Nome: Daniel Borges dos Reis
Data de Nascimento: 19 de dezembro de 1907
Local de nascimento: Casa Branca - Est. de São Paulo
Estado Civil: Casado. Esposa Alilat Muricy Borges Reis. Filhos:
Paulo Borges dos Reis, Lillian Reis Sampaio Arruda
Filiação: Pai: Francisco Borges dos Reis. Mãe: Beatriz Manaia
Borges dos Reis.

1.1 ENDEREÇO

Residência: Rua Pasteur n.º 90 - Batel. CEP 80.000 - Curitiba
PR. Telefone - 222-5867.

1.2 DOCUMENTAÇÃO

Carteira Profissional: N.º 493 - OAB - PR.
Cédula de Identidade: RG 20.225 - PR.
CIC ou CPF: N.º 000577.629/53

2. CURSOS E TÍTULOS

- 2.1 Superior: Bacharel em Direito Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Paraná (19/12/1940)
2.2: a) - Professor de Ensino Industrial Escola Técnica
Nacional, atual Centro Federal de Educação Tecnológica
do RJ., do MEC (10/12/1927)
b) - Professor de Ensino Secundário Registro Definitivo
n.º D-3 321 em História Geral e do Brasil - MEC
(27/11/1950)
c) - Diretor de Estabelecimento de Ensino Secundário
Registro n.º 5.264 MEC (19/08/1963)

3. CARGOS E FUNÇÕES

- 3.1 Administração Pública
a) - Secretário do Governo do Paraná em 1947.
b) - Conselheiro, inativo do Tribunal de Contas do Paraná
(26/06/1947 a 21/12/1966).
c) - Presidente do Tribunal de Contas do Paraná em
1949, 1950 e 1966. Vice-Presidente em 1947, 1948,
1951 e 1953.
3.2 Magistério
a) - Professor, Secretário e Diretor Interino da Escola
Técnica Federal do Paraná - MEC (26/06/1928 a
30/11/1941)
b) - Professor, inativo, de História do Brasil no Colégio
Estadual do Paraná (1944 a 1963)
c) - Professor Titular, inativo, das Cadeiras de Instituições
de Direito e Direito Administrativo da Faculdade de
Ciências Econômicas do Paraná, da Fundação de Estudos
Sociais do Paraná (1964 a 1974)
d) - Diretor do Departamento de Orientação Educacional
do Colégio Estadual do Paraná (1960)
e) - Diretor do Instituto Lins de Vasconcelos, de Curitiba
(1971).
f) - Professor, em substituição do Catedrático licenciado,
de História Econômica Geral e Formação Econômica
do Brasil, da Faculdade de Ciências Econômicas da
Universidade Federal do Paraná (1964).

3.3 Profissional Liberal

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do
Brasil - Seção do Paraná - Registro n.º 493 (1941).

4. CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

- 4.1 Internacionais
a) - 3.º Congresso Internacional das Instituições de
Controle das Finanças Públicas - Rio de Janeiro (de 03
a 10 de maio de 1969)
b) - III Congresso Internacional de Recreação e Estágio

na Associação Internacional de Recreação - Filadélfia,
USA (1956).

4.2 Nacionais

- a) - III Congresso dos Tribunais de
Contas do Brasil - Porto Alegre, RS.
(Nov. 1962)
b) - IV Congresso dos Tribunais de
Contas do Brasil - Fortaleza, CE
(1965)

5. CONFERÊNCIAS E PALESTRAS

- a) - "As Finanças Públicas e o
Direito" Faculdade de Ciências
Econômicas do Paraná (Aula Inaugural -
06/03/64)
b) - "Oração de Paraninfo" - Faculdade
de Ciências Econômicas do Paraná
(13/12/67)
c) - "Sesquicentenário do Sistema
Braille" - Rotary Club de Curitiba
(14/08/1975)
d) - "Louis Braille e o seu sistema"
Rotary Club de Curitiba - Norte (1975)

CONCEITOS E REFERÊNCIAS

6.1 Votos de Louvor

- a) - Aprovado pelo Plenário do
Tribunal de Contas do Paraná quando
promoveu a inauguração de melhorias no
prédio e nas instalações daquele Órgão
(Ata n.º 44, de 02/06/53)
b) - Aprovado pela Assembléia
Legislativa do Paraná quando de sua
aposentadoria no cargo de Juiz do
Tribunal de Contas do Paraná (Sessão
de 22 de dezembro de 1966)
c) - Aprovado pela Congregação do
Colégio Estadual do Paraná por motivo
de sua aposentadoria no cargo de
Professor de História Geral e do
Brasil (04/03/65)
d) - Aprovado pela Faculdade de
Ciências Econômicas do Paraná, da
Fundação de Estudos Sociais do Paraná,
quando de sua aposentadoria no cargo
de Professor Titular daquele
estabelecimento (03/06/1975)

6.2 Elogios

- a) - Consignado em seus assentamentos
militares por participação, como
voluntário, no movimento revolucionário
de Outubro de 1930
b) - Consignado em seus assentamentos
funcionais por motivo de sua
exoneração, a pedido, do cargo de
Oficial Administrativo do Ministério
da Educação e Saúde (Boletim do
Pessoal de maio de 1947)

6.3 Paraninfo

- a) - Dos Graduandos do Curso Ginásial
do Colégio Estadual do Paraná em 1948
e 1958
b) - Dos Bacharéis em Ciências
Econômicas e Ciências Contábeis da
Fundação de Estudos Sociais do
Paraná. Turmas de 1967

6.4 Homenagem Especial

Placa com nome na Sala da Presidência do Tribunal de Contas do Paraná por motivo de sua aposentadoria no cargo de Conselheiro daquele Órgão.
(Inaugurada em 2/6/1970)

6.5 Retrato em Galerias

- a) - Dos Presidentes do tribunal de Contas do Paraná (02/06/1970)
- b) - Dos Secretários da Secretaria dos Negócios do Governo, extinta em 15/03/1975
- c) - Dos Diretores da então Escola Técnica Federal do Paraná, atual Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - MEC (22/09/1975)
- d) - Dos Diretores do Instituto Paranaense de Cegos, homenagem promovida pela Diretoria, funcionários e internos em 25/12/1953

6.6 Benemerência

- a) - Título de "Presidente Benemérito" conferido pelo Conselho Deliberativo do Instituto Paranaense de Cegos ao término de 34 anos do exercício da Presidência (Ata de 18/12/1983 do C.D.)
- b) - Sócio Benemérito da Fundação de Assistência à Criança Cega, de Curitiba
- c) - Sócio Benemérito e ex-Presidente do Conselho Deliberativo do Curitiba Foot Ball Club (10/11/1970)

7. ATIVIDADES SOCIAIS

7.1 Filantrópicas

- a) - Conselheiro em exercício e ex-Secretário da Sociedade "Socorro aos Necessitados" de Curitiba (De 1946 até esta data)
- b) - Presidente do Conselho de Obras Sociais do Paraná - (extinto) (1964)
- c) - Presidente da Sociedade Protetora dos Animais - Seção do Paraná (1966)

7.2 Culturais

- a) - Sócio efetivo do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (21/05/1982)
- b) - Diploma de "Honra ao Mérito" do Centro do Professorado Paulista por contribuição ao intercâmbio do magistério brasileiro (13/12/1977)

7.3 Diversas

- a) - Membro do Conselho Fiscal da Associação dos Professores do Paraná (1960)
- b) - Sócio remido e "Diploma de Honra ao Mérito" da Sociedade Thalia, de Curitiba (1970)
- c) - Sócio remido e agraciado com Voto de Reconhecimento por participação em campanha para construção do ginásio da sede campestre do Clube Curitibano (11/02/1960)
- d) - Presidente do Aquidaban Sport Clube, ex-filiado à Federação

Paranaense de Desportos (1931)

e) - Vice-Presidente da Federação

Paranaense de Futebol (1946)

f) - Conselheiro da Federação Espírita do Paraná (em exercício desde 1943).

DADOS COMPLEMENTARES

8. VIAGENS CULTURAIS E TURÍSTICAS

8.1 Pelo País:

Todos os Estados Brasileiros, inclusive o Acre, Rondônia e Fernando de Noronha.

8.2 Ao Exterior:

- a) - Américas: Estados Unidos da América (5 vezes), Argentina (4), Uruguai (3), Paraguai (3), México (2), Peru (2), Venezuela (2), Chile, Equador, Colômbia, Bolívia, Panamá, Guatemala, Cuba, Canadá e Bahamas.
- b) - Europa: Portugal (3 vezes), Espanha (3), Itália (3), França (3), Inglaterra (2), Áustria (2), Alemanha Ocidental (2), Alemanha Oriental, Mônaco, Suíça, Bélgica, Holanda, Escócia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Finlândia, União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Romênia, Bulgária, Grécia e Turquia.
- c) Ásia: Japão, Hong Kong, Macau, Filipinas, Singapura, Tailândia, Índia, Paquistão, Irã, Líbano, Síria e Israel.
- d) África: Egito, Argélia, Tunísia, Marrocos, Senegal, Angola, África do Sul, Moçambique, Quênia e Etiópia.
- e) Oceania: Austrália e Havaí.

Curitiba, 2 de junho de 1984.

(a) DANIEL BORGES DOS REIS

PROJETO DE LEI N.º 128/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Estadual do Litoral, como resultante da incorporação e congregação de estabelecimentos isolados de ensino superior, mantidos direta ou indiretamente pelo Estado.

§ 1.º - A Universidade do Litoral terá sua sede na cidade de Paranaguá e manterá cursos nessa cidade e demais municípios do Litoral e do Vale da Ribeira.

§ 2.º - O estabelecimento de ensino de que trata este artigo será organizado em fundação de direito público, e de conformidade com as prescrições das legislações federal, estadual e desta lei.

§ 3.º - A denominação oficial da entidade será a de Fundação da Universidade do Litoral.

§ 4.º - Concomitantemente com ato da criação, o Poder Executivo decretará a

criação da personalidade individual ou autônoma, de sua entidade mantenedora e se for o caso, de cada estabelecimento de ensino incorporado ou congregado.

Art. 2.º - Cada entidade terá personalidade jurídica própria, a partir do ato legal de posse do Reitor da Universidade considerada e gozará de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, a qual será exercida na forma da lei e dos estatutos.

Art. 3.º - O Estado designará bens livres e suficientes para a instituição do fundo a personalizar, bem assim fixará recursos financeiros globais na Lei Geral do Orçamento do Estado, aqueles para formação do patrimônio básico, este para receita essencial de manutenção de cada entidade.

Art. 4.º - O Pessoal Docente da entidade será organizado e regido pelas normas das legislações federal, estadual e desta lei.

Art. 5.º - Todo o Pessoal da entidade será contratado de acordo com a legislação trabalhista, fixando os contratos, em cada caso, o regime de trabalho, sua função, a forma e o montante da remuneração.

Parágrafo Único - Na hipótese de a entidade servir-se de funcionários da administração pública direta deverão estes submeter-se, integralmente, ao regime de trabalho da entidade.

Art. 6.º - a Universidade e demais estabelecimentos de Ensino Superior prestarão contas, nos prazos e forma exigidos pela contabilidade pública, perante o órgão próprio do Estado.

Art. 7.º - O patrimônio inicial da entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar, constituirá:

a) - dos imóveis, móveis, equipamentos e instalações dos estabelecimentos incorporados ou congregados, bem assim todos os bens pertencentes à instituição mantenedora em gozo ou não de personalidade jurídica própria criada pelo Estado;

b) - dos saldos dos exercícios financeiros dos estabelecimentos incorporados ou congregados e os da respectiva entidade mantenedora;

c) - dos auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas ou privadas, relativos aos estabelecimentos incorporados ou congregados e à instituição mantenedora.

Art. 8.º - A receita da entidade se constituirá:

a) - dos recursos financeiros globais, para manutenção e desenvolvimento da entidade, fixados em orçamento anual do Estado;

b) - auxílio e doações dos municípios ou quaisquer outras pessoas;

c) - das rendas patrimoniais;

d) - dos rendimentos de serviços prestados;

e) da contribuição escolar.

Art. 9.º - Os recursos obtidos de anuidade pagas pelos estudantes regulares, bem como a restituição do valor das bolsas, na forma da recomendação constitucional serão utilizados prioritariamente para assegurar bolsas a alunos de recursos menores ou insuficientes.

Parágrafo Único - os recursos provenientes das taxas assistenciais reverterão para esses mesmos fins.

Art. 10.º - Para proceder às medidas preliminares de incorporação ou congregação, será constituída uma Comissão instituidora, composta de dois (2) membros representantes da Congregação do estabelecimento de ensino interessado, à qual competirá:

I - elaborar, no prazo de trinta (30) dias, o anteprojeto da entidade e submetê-lo à aprovação, em caráter intertemporal, ao Chefe do Poder Executivo;

II - eleger os nomes que comporão a lista sêxtupla, ser submetida ao Chefe do Poder Executivo, para nomeação do reitor, Vice-Reitor ou do Diretor Geral, Vice-Diretor, conforme o caso.

III - praticar os atos necessários ao seu desempenho os que lhes forem solicitados pelo Poder Executivo.

§ 1.º - O anteprojeto de estatutos aprovado em caráter intertemporal será publicado no Diário Oficial do Estado, e pelas suas disposições se estabelecerão os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades civis, até sua final aprovação em definitivo pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2.º - A lista referida no item deste artigo será apresentada dentro de quinze (15) dias contados da publicação dos estatutos, mencionada no parágrafo primeiro.

Art. 11 - Nomeado e empossado o Reitor ou o Diretor Geral, fará este as gestões necessárias à preparação do processo de pedido de autorização ou reconhecimento da entidade, ao Presidente da República, na forma da lei.

Parágrafo Único - Empossado o Reitor ou Diretor Geral, extinguir-se-á, automaticamente a Comissão Instituidora.

Art. 12 - Concedida a autorização ou reconhecimento pelo Governo Federal, serão os estatutos respectivos aprovados, em caráter definitivo pelo Chefe do Poder Executivo, ao qual competirá fixar a data da instalação solene da entidade.

Art. 13 - O ato legal da criação e instituição de cada entidade conterà, entre outros peculiares a organização, funcionamento, cronograma de implantação,

os seguintes elementos:

I - a denominação oficial da entidade;
 II - a declaração de sua forma de fundação e de sua natureza de pessoa jurídica de direito público, com personalidade e capacidade jurídica próprias;

III - a declaração de gozo de autonomia didático-científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos estatutos;

IV - a designação do patrimônio a personalizar;

V - a declaração da extinção das entidades a que se refere o parágrafo terceiro do artigo primeiro desta Lei;

VI - a nomeação dos membros integrantes da Comissão instituidora e de seu Presidente.

Art. 14 - Tendo em vista suas finalidades e o caráter de utilidade nacional, a entidade entrará em entendimento com os municípios e instituições no distrito geo-educacional respectivo, a fim de obter auxílios, regalias e facilidades fiscais, e outras formas de cooperação.

Art. 15 - Ficam ressalvados os direitos adquiridos de todo Pessoal pertencente aos estabelecimentos de ensino incorporados ou congregados.

Art. 16 - No órgão colegiado deliberativo da Universidade do Litoral haverá um representante do Estado, com direito a voto, designado pelo Secretário da Educação e Cultura.

Art. 17 - As entidades declaradas extintas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo primeiro desta lei, serão dissolvidas e liquidadas na forma e para fins legais, sob a orientação do Reitor ou Diretor Geral da entidade incorporadora ou congregadora respectiva.

Art. 18 - Em todo o período de transição do regime de estabelecimentos de ensino isolados para o de Universidade observar-se-á:

I - Nenhuma alteração será feita no vigente processo de provisão de recursos financeiros a cada um dos estabelecimentos interessados, até que a implantação do processo seguinte garanta a perfeita normalidade no cumprimento das obrigações financeiras;

II - Não se interromperá a atividade letiva dos estabelecimentos de ensino.

Art. 19 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir à Secretaria de Estado da Educação no corrente exercício um crédito especial, destinado a cobrir as despesas com a execução da presente Lei.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) NELSON BUFFARA

Apoiamento: Antônio Belinatti, Osvaldo Alencar Furtado, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Nelson Vasconcellos, Luiz Alberto Oliveira, Erondy Silvério e Ezequias Losso.

PROJETO DE LEI N.º 129/85
 A Assembléia Legislativa
 do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica o Governo do Estado autorizado a assinar escritura de doação do imóvel constituído pelas datas n.ºs 2, 3 e 4 da Quadra 1 Patrimônio São Jorge, com área de 1.800 m², transcrito sob n.º 6929 do livro 3F do cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Umuarama, à Prefeitura de São Jorge do Patrocínio, para a construção de edifícios públicos necessários à administração e futuro paço municipal.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1985.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O Município São Jorge do Patrocínio, instalado há apenas dois anos, tem se destacado pela operosidade de sua valorosa população.

Em inédito procedimento, ainda antes da criação do município, diversos cidadãos reunidos na Associação Comunitária adquiriram uma área central, com vistas a construção de uma futura praça pública. Com esforços pessoais construíram-na e posteriormente procederam a sua doação à Prefeitura Municipal.

Este mesmo espírito de solidariedade se revelou na edificação de modelar creche, de notável sede do posto de saúde e em outros empreendimentos.

É oportuno que o Estado, patrocinador do novo município colabore como desenvolvimento do mesmo. E será significativa a participação com a doação do imóvel referido no projeto que futuramente abrigará a sede da Prefeitura Municipal.

Acredito que os nobres Deputados e o Senhor Governador darão o necessário apoio para a concretização desta iniciativa.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados.

Não faz muito tempo, numa homenagem prestada ao Governador José Richa, na cidade de Guaratuba, o Prefeito daquela cidade, do PDS, Acir Braga, agradeceu ao

Governador pelo trabalho que vem prestando em favor do nosso litoral, e foi mais adiante dizendo que graças ao Governo do PMDB, graças ao Governador José Richa, o litoral do Paraná foi inserido no mapa do Estado, e nós concordamos plenamente com a declaração feita pelo Prefeito de Guaratuba, Acir Braga. Ocorre que na ajuda que vem dando seguidamente ao nosso litoral, a todas as cidades do litoral, por que não dizer, inclusive na moralização da direção do Porto de Paranaguá. O Governador José Richa tem dado uma atenção especial, também às praias paranaenses, isto porque o nosso veranista estava mais preocupado em se deslocar até Santa Catarina, principalmente Camboriú e praias vizinhas, do que propriamente ao litoral do Paraná. Porque as nossas condições na realidade, continuam muito distantes de atender o objetivo daqueles que querem um descanso pelo menos uma vez ao ano.

Chegamos a Guaratuba novamente e o Governador do Estado preocupou-se em ajudar o Município na construção da Avenida Beira Mar. Ali, nada mais tínhamos do que muita lama, quando chovia, ou muito pó quando tempo bom.

O Governador decidiu. A Prefeitura Municipal acatou de imediato. Os proprietários da área acharam que seria uma grande oportunidade para que a Avenida Beira Mar viesse embelezar o Balneário de Guaratuba, viesse a dar melhores condições aos veranistas. Pois bem, lamentavelmente, alguns poucos resolveram fechar a Avenida Beira Mar, resolveram ajardinar na frente de suas casas, impedindo que por ali passasse a Avenida tão ansiada e tão aguardada pela gente de Guaratuba e por inúmeros veranistas do Paraná.

Mas, a luta não é só nossa, não é só do Governo do Estado, do Governador José Richa, é um trabalho que já vem sendo realizado há algum tempo por outros Deputados que têm participação política no litoral, ou têm ainda a sua casa de verão nos balneários do Paraná. Por isso mesmo é que o projeto realizado previa que a Avenida Beira Mar estivesse aberta, ajardinada, mas, com a perfeita circulação também, de automóveis.

Houve um mandado de segurança proposto em São José dos Pinhais, que é sede da comarca, também de Guaratuba, e novamente está fechada a Avenida Beira Mar.

O que nos traz uma preocupação muito grande, porque já há tempo, também, vimos falando na necessidade de Guaratuba transformar-se em Comarca, para que o Juiz possa viver os problemas da comunidade, e não possa simplesmente conceder uma liminar ao cidadão que inclusive, não tinha condições legais para propô-la, e para receber esta mesma liminar. Por isso, Sr. Presidente, é que hoje, no encerramento deste mês de junho, e das sessões deste semestre, nós estamos solicitando que esta Assembléia, em contato, porque não, com o Tribunal de Justiça do Estado, faça ver da necessidade da criação da Comarca em Guaratuba, e faça ver também, da necessidade premente de se criar, de se construir a Avenida Beira Mar. A Câmara Municipal de Guaratuba quer a Avenida Beira Mar. O Prefeito Municipal de Guaratuba quer, também, esta Avenida, e acima de tudo, a comunidade de Guaratuba quer a Avenida Beira Mar. Por isso, é uma grande oportunidade que temos, de mais uma vez, exigir que Guaratuba seja

respeitada naquilo que é de direito do Município, e que também a justiça possa olhar com interesse e com carinho o município de Guaratuba. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, como mutuário do Banco Nacional de Habitação, o desejo de cobrar aqui, desta tribuna, que o Presidente José Sarney não continue insensível, desumano e tão cruel, tapando os ouvidos para não ouvir os clamores dos mutuários do BNH, que não podem pagar uma prestação tão cara diante deste reajuste que o Presidente Sarney concedeu, nas prestações do BNH. Nós estamos observando que a Nova República está utilizando, e muito bem, a imprensa do Brasil, para esconder a miséria em que vivem mais de cem milhões de brasileiros; e a imprensa está sendo utilizada pelo Presidente Sarney para mostrar os grandes banquetes palacianos, no Palácio da Alvorada, e em tantos outros locais de Brasília, onde os políticos são homenageados na hora do almoço, de tarde, e tarde da noite, pelo Presidente José Sarney, não com o seu dinheiro particular, mas, com o dinheiro do povo brasileiro.

Lamentavelmente, o povo, que tem passado privações, dificuldades econômicas, certamente fica estarecido e desgostoso, de ver que a Nova República descambou para o caminho das grandes festas palacianas, à custa do dinheiro do povo.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: para pedir à Bancada do PMDB e ao Governador José Richa, que prestem um socorro às professoras municipais do Paraná. Está prestes a realização de um concurso público no Paraná, e hoje, professoras de Bandeirantes, Ribeirão do Pinhal, Barra do Jacaré, Andirá, Joaquim Távora, Santo Antônio da Platina, Wenceslau Brás, Jacarezinho, Siqueira Campos, Quatiguá, e outros municípios paranaenses vieram a Curitiba pedir a Secretária Gilda Poli, que na elaboração do regulamento do concurso público, não abandone, não despreze, não menospreze o trabalho valoroso que essas professoras municipais, lecionando em escolas do Estado vem prestando serviços, algumas, há mais de vinte anos sem nenhuma garantia. E há professoras que ganham o miserável salário de 330 mil cruzeiros por mês, e ainda estão correndo o risco de perderem o emprego, com a celebração deste concurso público.

É uma injustiça então, que o Governo José Richa faça um novo concurso para o magistério, mas ressaltando o direito, à estabilidade de emprego, dessas centenas ou milhares de professoras, que estão batalhando nessas escolas do Paraná, levando a cultura, levando o saber a tantas crianças do Paraná, quase que por idealismo, porque o salário é simplesmente vergonhoso. E apesar do salário ser tão baixo, tão irrisório, tão insignificante, essas valorosas professoras estão correndo o risco de perder o emprego, diante deste concurso público.

Que o Governo José Richa faça o concurso, mas, garanta o emprego para aquelas, que até agora carregaram essas escolas, lecionando com tanto amor, e com tanto idealismo.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Caíto Quintana, que está com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Havendo declinado, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conclamo a meus companheiros de Partido, aos Parlamentares desta Casa, principalmente aos representantes do Oeste do Paraná, para que, juntos, nos levantemos em defesa daquilo que o Oeste merece e até hoje não recebeu. Pese, Senhor Presidente, que todos os anos o Oeste do Paraná, é convocado pela Nação brasileira a doar safras generosas, necessárias ao equilíbrio na nossa economia nacional, e tem correspondido a isso.

Numa área que representa apenas onze por cento do território do Estado do Paraná, produz-se trinta e quatro por cento dos cereais colhidos em todo o nosso Estado. Numa superfície apenas de 0,2 por cento do território nacional, nós produzimos 8,5 por cento de todo cereal brasileiro.

Esse dado parece ser suficiente para demonstrar a significativa contribuição da região Oeste do Paraná, para nossa economia estadual e também nacional.

Mas, não é tudo: além de alimentos e divisas, a região ofereceu no período recente, todos os sacrifícios possíveis para construção do que talvez seja o maior exemplo de faraonismo neste século: a Itaipu Binacional. Pela produção de energia, doamos áreas de terras férteis e que produziam riquezas ao nosso Estado e à nossa Nação. Eliminamos os braços necessários de pequenos proprietários; em troca, ficamos com todos os graves problemas sociais herdados pelo processo e instalação desta enorme e gigantesca represa: Itaipu Binacional.

De que valem 4 milhões de toneladas de grãos produzidos no Oeste anualmente. Este valor de 800 milhões de dólares exportáveis, se o nosso povo continua vivendo na desesperança, sabendo que a fartura que brota do seu trabalho não é reconhecida, além dos discursos demagógicos!

Essa população, Senhor Presidente, que realizou uma das mais bem sucedidas experiências de colonização do planeta, poderíamos dizer, continua a esperar do Governo do Estado e, principalmente do Governo da União, a retribuição à altura do seu empenho e sua dedicação. Pese registrar aqui, hoje, que falamos em Reforma Agrária, que no Oeste do Estado, principalmente nas regiões onde não havia maiores problemas de conflito de terra e posse: Rondon, Toledo, Nova Santa Rosa e outros municípios, implantou-se a pequena e média propriedade e foi debaixo da discriminatória política, econômica e agrícola que essas terras voltaram a se concentrar em detrimento da produtividade do próprio solo.

Colonização esta, como dizia, foi feita na base do próprio sacrifício daqueles pioneiros que lá adentraram as selvas desbravando e dominando a natureza hostil. Estímulo que foi feito com o próprio sacrifício: às custas do braço

forte e valente daqueles pioneiros se abriram as primeiras estradas, se construíram as escolas às custas das suas comunidades, da sua força comunitária.

O Estado e a União poucas vezes estavam presentes para ampará-lo, mas, em março de 1975 o Governo Federal instituiu o programa que poderia representar o ressarcimento de parcela destes prejuízos e o atendimento de alguma das nossas reivindicações básicas do nosso querido povo do Oeste do Paraná. Refiro-me ao PRODOPAR — Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná, parecia levar em consideração as transformações que o governo impunha na região e as consequências dessa intervenção.

Mas, eu digo e me limito a dizer parecia, porque se examinarmos os fatos a seguir, constatamos lamentando de que foi mais um engano. Se digo parecia, parece que este programa foi mais um disfarce para encobrir aplicações de grandes volumes de recursos que deveriam ser sonegados ao povo do Paraguai que estava sendo nosso sócio em Itaipu Binacional. E foi enganado não só o Paraguai, mas, principalmente também, o Oeste do Estado.

Via-se segundo este programa, a necessidade de dotar o Oeste do Paraná de uma infra-estrutura necessária para suportar o impacto de uma expansão de uma agricultura basicamente voltada para o mercado externo e principalmente o impacto da implantação do projeto da Itaipu.

Como era de hábito, este programa surgiu sem que os interessados principais fossem consultados. Nasceu em posto de cima para baixo, sob a égide do regime autoritário, sem que fosse ouvida a população da região através das suas lideranças para saber se seus reclamos e prioridades estavam sendo atendidos.

Mesmo assim o PRODOPAR foi recebido como o projeto queria, compensar as perdas sofridas e os sacrifícios doados pela região.

Mesmo assim, sabendo que era um programa que vinha envergado pelo autoritarismo recebemos com alegria porque era a primeira vez que um Governo se lembrava de uma região tão promissora como é o nosso Oeste do Paraná.

Mas, logo que se viu que o Programa de Desenvolvimento do Oeste do Paraná perdera seu rumo, e se transformava progressivamente em programa de apoio a Itaipu Binacional, torna-se necessário e imperioso fazer a denúncia que aqui hoje, trazemos a esta tribuna.

O desvirtuamento do PRODOPAR é nítido. Transformou-se também, sem levar em consideração os grandes interessados. Mais uma vez, ficou esquecido o nosso povo.

Se há recursos, foram treinados paulatinamente para obras e projetos que serviam quase que exclusivamente a construção da hidrelétrica em pauta.

Historicamente nós vemos com esperança no início, nascer o PRODOPAR em março de 1975, criado e vinculado diretamente à Presidência da República através da Secretaria da Presidência, depois chamado de SEPLAN.

Mais tarde, foi vinculada ao Ministério da Fazenda. Em 1979 passa a ser vinculado ao Ministério do Interior. Em 28 de maio de 1981, através da Portaria de nº 90, criam-se as normas básicas para a implantação do PRODOPAR e essa Portaria, cria

a possibilidade de um aproveitamento interministerial, e o caminho seria, Ministério do Interior, SUDESUL, Secretaria do Planejamento do Estado, e vinculado aos demais Ministérios que viriam também, a absorver os recursos, diluindo-os e os carreando para beneficiar a grande e gigantesca obra de Itaipu.

Parece-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o caminho sempre é o mesmo; a mesma coisa aconteceu com o IBRA depois surgindo o INDA desvinculando da Presidência da República, vinculando ao Ministério da Agricultura, depois fundindo o IBRA e INDA, no INCRA até que, a coisa ficasse encravada por todos os séculos, enfim!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: se olharmos com cuidado as propostas do PRODOPAR, veremos que, nada ou pouco realizou daquilo a que se propunha esse programa, inicialmente. Vejamos numa rápida análise:

Estava previsto, nesse programa, Desenvolvimento Urbano e, basicamente, foi unicamente, a cidade de Foz do Iguaçu, com raras exceções alguns municípios da região dos 26 que existem no Oeste do Paraná, que se beneficiaram desse Programa, mas principalmente Foz do Iguaçu. Para que? Para construir largas avenidas, para construir estradas de acesso à Ponte da Amizade e fazer ali a passagem — e sem fiscalização alfandegária — dos veículos de Itaipu, para implantar os edifícios dos Ministérios que deveriam estar presentes em função da Itaipu Binacional, para criar a infra-estrutura urbana, para comportar a leva de pessoas que viriam trabalhar em Itaipu, enfim, toda a infra-estrutura urbana concentrada em Foz do Iguaçu, através do PRODOPAR foi colocada a serviço da Itaipu Binacional.

Falava-se também, nesse Programa, do Desenvolvimento Regional, de uma Assistência Técnica e Extensão Rural para lavoura, para gado e para ave, entretanto, nada disso vimos acontecer na região.

Em termos de Saúde, do que estava no PRODOPAR temos apenas um exemplo, em Cascavel, do Hospital Regional que lá está transformado numa sucata com a qual hoje não sabemos o que fazer; temos também a ampliação da Santa Casa de Monsenhor Guilherme, de Foz do Iguaçu, que hoje, falida, está querendo ser transferida à iniciativa privada.

Houve derramamento de recursos, de dinheiro, para campanhas fantasmagóricas; combateu-se, e vimos a população sendo interdita nas estradas, nas rodovias, para receber purificação nos pneus, nos carros que por ali transitavam controle, que diziam da febre amarela, febre amarela no Oeste do Paraná que nós conhecemos apenas um caso, em muitos anos, em Guaíra — mas foram injetados recursos, ali, para combate à malária, com incidência muito pequena e era muito pequena ainda, na época; para combate a esquistossomose cuja incidência também ainda não ocorria no Oeste do Estado. Mas, tudo isso poderá ocorrer agora, com a formação do Lago Itaipu, entretanto agora, esses recursos foram extintos, agora que seria necessário, extingue-se o programa e não existem mais recursos para esse fim.

Podemos analisar em termos de Educação:

Prevía o projeto, construção de salas de aula. Muito pouco o Oeste do Paraná viu, disso.

Em termos de saneamento básico, também algumas coisas foram feitas mas não que justificassem as inversões que estavam previstas.

O Programa previa também, regularização fundiária e que, na maioria dos casos, foi feito pelo ITC do Paraná.

Preservação das Condições Ecológicas — conhecemos apenas, um Centro de Psicultura, em Toledo.

Recomposição do Sistema Viário — e aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, onde foi carregada a maior parte dos recursos, para ajudar a duplicação da Rodovia que liga o Porto de Paranaguá a Curitiba, unicamente para transportar os equipamentos pesados, da Itaipu Binacional.

Portanto, recursos de um programa que previa, para o Oeste do Paraná, o seu desenvolvimento, são aplicados fora do Oeste do Estado do Paraná!

Embora tenha sido aplicado no Paraná, não há dúvida, entretanto se Itaipu tinha necessidade podia ela carrear recursos próprios e não avançar nos recursos que eram destinados a uma região que mais sofreu o impacto de Itaipu.

Hoje, o PRODOPAR não tem mais recursos. Já em 1984, o Governo Federal decidiu tirá-lo do orçamento por orientação da Secretaria de Planejamento. E agora o Oeste do Paraná não tem nem o PRODOPAR desvirtuado, não tem nada: Eis porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos através de requerimento que está em tramitação e votação nesta Casa, pedindo à Nova República, exigindo da mesma para que se faça justiça a esse rincão do nosso Estado. Para que se reative o Programa PRODOPAR, mas, dentro dos parâmetros não enganosos como foi implantado, sem querer enganar nem o povo paraguaio para desviar recursos que não iam ser sonegados a eles nem tão pouco ao povo do Oeste do Estado do Paraná.

E, lembro, com saudade, quando o Presidente Tancredo Neves esteve em Curitiba — em novembro do ano passado — essa questão lhe foi apresentada, e ele se mostrou profundamente sensibilizado, prometendo logo que assumisse examinar, e determinar as soluções para este problema. Ficou vivamente interessado nos dados sobre aplicação dos recursos do PRODOPAR e seus desvios, e sua relação com a construção da Itaipu Binacional e os conseqüentes prejuízos criados na Região Oeste do Estado. Mas o destino nos roubou Tancredo Neves. Nem por isso, devemos pensar que nossa luta pela restauração dos interesses do Oeste do Estado estejam derrotados. A Nova República, promessa de recomposição de todas as deformações ocorridas no passado, tem compromissos firmados com o povo da minha região e deverá dar soluções a esses seus reclamos.

O Sr. José Antônio Fonseca — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Gernote Kirinus, eu não podia me calar quando ouço Vossa Excelência falar sobre o nosso Oeste do Paraná. E devo reafirmar a Vossa Excelência a minha solidariedade ao seu pronunciamento, em que Vossa Excelência traça o histórico, principalmente, o debate do nosso grande Oeste do Paraná, um dos maiores produtores, uma das regiões de maior produção de grãos deste país e que, nos últimos anos, tem sido uma das regiões mais vilipendiadas, mais injustiçadas, mais exploradas. Seja pelos Governos Estaduais anteriores, seja pelo Governo da Velha República e seja ainda pelo Governo da Nova República.

Eu ratifico e me solidarizo com o requerimento de Vossa Excelência no sentido de que o Governo da Nova República, recomponha em parte, tudo aquilo que foi sugado do Oeste do Paraná.

Realmente as suas assertivas vêm de encontro com aquilo que nós presenciamos no nosso Oeste do Paraná. Eu só temo, nobre Deputado Kirinus, que aquela pessoa que hoje está à custa da Presidência da malfadada Binacional Itaipu, talvez não compreenda as necessidades,

principalmente dos agricultores daquela região, que são os maiores sacrificados. Eu acho que nós precisamos somar esforços e o apoio maciço e principalmente das lideranças que têm efetivas raízes na nossa região. Para que a Nova República reconheça e em contrapartida devolva ao Oeste, o que eu acredito que tão cedo a Pátria, a Nação poderá dar essa recompensa, tendo em vista que a maior riqueza daquela região, que é o agricultor, isso a Nação não vai devolver. Não vai devolver as terras mais férteis que foram inundadas pelo Lago de Itaipu, mas, deve devolver, como dizia Vossa Excelência, alguma coisa que faça com que a vida da gente do Oeste seja um pouco mais digna e de uma gente que vive tão somente para o trabalho. E eu faço coro com Vossa Excelência e, recentemente, eu ouvia de um dos líderes políticos deste Estado de que muitas vezes no Paraná, e principalmente no Oeste, lá se trabalha demais; é como se trabalha com a terra, muitas vezes nós nos acostumamos a fixar os olhos somente para a terra e não levantamos os nossos olhos.

Por isso, nobre Deputado, mais uma vez, eu parabeno Vossa Excelência pelo seu pronunciamento em defesa da nossa região, e saiba que nós, Deputados do Oeste, estamos com Vossa Excelência e vamos juntos todos lutar para que o Governo da Nova República, que dá os seus primeiros passos, e sabedores que somos também, embora da grande crise econômica por que passa o nosso País, mas, mesmo assim, alguns órgãos que foram criados para recompensar aquilo que tiraram do Oeste, sejam reativados.

Muito obrigado, Deputado, pelo aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte e tomo a liberdade de incorporá-lo ao meu pronunciamento e digo, nobre Deputado, que o mais grave para nós, oestinos, é perceber que, quando chega o primeiro programa para ajudar o nosso desenvolvimento, nós encontramos já a defraudação logo desde o início, porque veja os programas de Governo Federal e Estadual que atingem as outras regiões: PRORURAL, PROIC e tantos “prós” e parece que tudo contra o Oeste, e quando surge o PRODOPAR torna-se gravíssimo que, já na primeira oportunidade que temos, sejamos enganados.

E para confirmar que foi instituído apenas para servir as necessidades complementares da construção de Itaipu, foi desativado esse programa logo que deixou de ser necessário para esse fim. Senão, vejamos no quadro de informações do próprio Programa: os primeiros recursos em 1975, eram da ordem de 1 bilhão e setecentos milhões; em 1976 foram aumentando para 2 bilhões, cento e vinte e quatro milhões; em 1977 houve uma queda, caiu para 1 bilhão e trezentos milhões; em 1978 houve necessidade da duplicação e reforçamento das estradas do Oeste, a BR-277 e também dos Estados que ligavam ao Estado de São Paulo e aqui a referida duplicação de Paranaguá a Curitiba e subiu assombrosamente para 4 bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros, dos quais esse valor, segundo os dados, 86 por cento foram repassados através do Ministério dos Transportes para fazer essas obras fora da nossa região; depois voltou a cair em 1979 para 1 bilhão, cento e cinquenta e um milhões; e baixando para 634 milhões em 1980; em 1981 para 550 milhões; em 1982 para 425 milhões. Aí vem a inundações das “Sete Quedas” e o grito de Guaíra aumentou para 680 milhões em 1983, quando 50

por cento foram carregados para compensar Guaíra, que é dessa nossa região, dado o desaparecimento das “Sete Quedas”; em 1984 deixa de ser considerado no Orçamento.

Portanto, está caracterizado claramente como a Itaipu Binacional é uma sociedade com o Paraguai, e no convênio não pode aplicar nenhum recurso a mais no Brasil e também, teriam que aplicar no Paraguai. Criaram um programa, enganaram o povo do Oeste, enganaram o povo do Paraguai, disfarçaram o Programa para poder carrear recursos a benefício de Itaipu às custas, espoliando a inocência do nosso povo do Oeste do Paraná. E isso nós não podemos admitir e pedimos a “Nova República” que faça justiça, a “Nova República” haverá, inclusive, de examinar as contas do PRODOPAR porque quer me parecer que a fiscalização é muito duvidosa e foi muito fácil na época do regime militar.

Portanto, hoje o PRODOPAR não tem recursos. Estamos a pedir e a conclamar, ao Presidente, ao Ministro do Interior, para reativar este programa, porque é um direito do Oeste do Paraná. É um dever do Governo amparar esta região, tão castigada.

Estamos pedindo a reativação do PRODOPAR, em novas bases e segundo objetivos realmente voltados para o desenvolvimento da área, sem enganações, como foi implantado. Ali onde o Governo Federal e Estadual anteriores não fizeram, renegando a região à condição de superar seus problemas através de esforços próprios, como vinha fazendo desde sua colonização. Queremos, hoje, a retribuição, agora e urgente, pelo que doamos para o enriquecimento do Paraná e do nosso País.

Não podemos e não pode o Oeste continuar na situação de área que, por exemplo, não merece obras públicas na esfera da educação. Lá, a rede escolar praticamente era da Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, portanto, explorando mais uma vez, o sacrifício do povo, fazendo com que a comunidade arcasse com o custo do ensino de seus filhos.

Ao contrário do que acontece nas outras regiões, no Norte do Paraná não conhecemos a figura do CNEC. Por que só no Oeste e no Sudoeste do Paraná? Seria falha dos Governos anteriores, que eram Governo na época?

Só recentemente e digo pela teimosia da Secretária da Educação Gilda Poli. E se digo pela teimosia, porque depois que ela assinou as portarias criando escolas ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A Mesa registra, com satisfação, a presença do Dr. Mauro Salles neste plenário, ex-Ministro Extraordinário do Presidente Tancredo Neves e atual Assessor do Presidente José Sarney. A Mesa o cumprimenta.

O SR. GERNOTE KIRINUS — ... Logo que a Secretária da Educação criou escolas estaduais públicas e gratuitas no Oeste do Estado, apareceu a reação da CNEC. E se não fosse a teimosia da Secretária em não retirar uma assinatura já posta em uma portaria, talvez a pressão feita teria vingado. Se querem continuar sugando o povo do Oeste do Paraná, não querem deixar criar escolas gratuitas, esta intenção maldosa deve ser banida dos conceitos de uma Nova República.

Não pode o Oeste do Paraná continuar com as dificuldades crônicas de armazenamento e transporte do

que produz. Quando sabemos que a CIBRAZEM está presente em todo o Estado do Paraná, muito menos no Oeste e no Sudoeste, onde o sacrifício dos agricultores que construíram usinas através de suas cooperativas, se encarregaram também desta faceta que cabe ao Estado ajudar. Não pode ficar sem infra-estrutura, de saúde, saneamento, habitação e tudo o que é necessário para elevação da qualidade de vida de uma população que tanto contribuiu e que foi tão sacrificada, como é a Região Oeste do Paraná.

Queremos, por isto, Sr. Presidente, o PRODOPAR novamente. O novo PRODOPAR. O PRODOPAR inspirado numa Nova República, num novo tempo. Sobre o velho, pedimos uma comissão que faça um levantamento em profundidade, de sua ação, inclusive de sua prestação de contas que parece duvidosa. Do novo, esperamos que venha a ser um verdadeiro instrumento de desenvolvimento de nossa Região, do bem-estar social, do progresso que o Oeste merece e necessita.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Esta Presidência concede mais dois minutos para a conclusão de seu discurso.

O SR. GERNOTE KIRINUS – Para concluir, gostaria de dizer que não me deixaram mal entender, se não tomarmos posições claras, se não reativarmos o PRODOPAR, se não carreamos os recursos que o Oeste do Paraná merece e não recebeu, eu como Deputado e nenhum dos Deputados presentes poderá impedir que o Oeste do Paraná pense em estado de Iguazu.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Concedo a palavra ao representante do PFL.

Não se encontrando no plenário, concedo a palavra ao representante do PDS, Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA – Sr. Presidente, Srs.

Deputados: (Lá):

“Antes de falar-se da Universidade como de uma questão específica é absolutamente necessário enfatizar que se tornou imperativo proceder a uma reordenação da totalidade do ensino nacional, de forma a ser realidade o preceito constitucional que garante escolaridade mínima de oito anos para todos e, ao mesmo tempo, assegurar a escolaridade completa de segundo grau e proporcionar a superior independentemente de privilégios de fortuna e de poder.

Faz-se necessário que o Estado assuma efetivamente os papéis que lhe cabem e que ele tem relutado em desempenhar em suas funções fundamentais, relacionados com questões prioritárias como saneamento básico, saúde e educação. É preciso insistir na necessidade de um maciço investimento público nas áreas relacionadas com o homem brasileiro, pois se isto não ocorrer, todo o nosso futuro estará comprometido, como comprometido está o nosso presente. Desejo deter-me, neste meu pronunciamento, no caso da educação, que no Paraná está passando a converter-se em motivo de vergonha, diante da dramática situação enfrentada pelos jovens do nosso Estado que se vêem obrigados a empreender um verdadeiro êxodo em busca de oportunidade de ingresso em escolas superiores

em outros Estados da Federação. Diante de tão indesejável circunstância, venho trazer à consideração de meus nobres Pares, nesta Assembléia, alguns tópicos relacionados com a educação superior, a fim de que possamos, juntos, refletir sobre a gravidade dessa situação.

Simultaneamente, trago-lhes a minha colaboração para que, pelo menos em parte, possamos encaminhar soluções relacionadas com o angustiante problema do ensino superior em nosso Estado. E materializo essa colaboração mediante a apresentação de projeto de lei, que estou encaminhando neste momento a consideração dos ilustres Senhores Deputados, visando instituir a Fundação Universidade Estadual do Litoral

Creiam os que me ouvem, que os propósitos que me animam nessa jornada – na qual espero poder contar com o apoio de todos aqueles que têm feito do desempenho dos seus mandatos a exata correspondência aos anseios e aspirações dos eleitores paranaenses – creiam, são propósitos inspirados na firme convicção de que levei em consideração a valorização do homem pela cultura e estou sendo, neste meu procedimento, impelido pela crença de que a criação da igualdade de oportunidade deve ser meta de uma sociedade democrática. E porque assim creio, devo dizer a Vossas Excelências que nessa ordem de idéias não se pode abstrair a universidade da consideração de que, ela, por sua própria natureza e função, tem um papel extraordinariamente importante a desempenhar na formação de profissionais liberais, técnicos e/ou cientistas, além de forjar cidadãos livres, cônscios dos seus direitos, deveres e responsabilidades.

Segundo o ensinamento do cientista social Pedro Demo – quando estuda “A Pobre Educação Pobre” –, o que “caracteriza a universidade, mais do que a acumulação do saber universal e sua transmissão de geração a geração, é a produção de conhecimento novo, sobretudo aquele voltado à solução dos problemas pertinentes da época.”

De fato, cabe à universidade envia esforços para solução dos problemas que afligem a sociedade na qual está inserida.

É flagrante a todos nós que o nosso País está atrelado ao desempenho da universidade, pois a produção científica e de tecnologia, que há de libertar o País da dependência estrangeira, passa pelos bancos e laboratórios das nossas universidades, pois as transformações por que passa a sociedade brasileira, como um todo, exigem acompanhamento e mudanças de todos os segmentos que a formam, e a universidade, obviamente, não pode fugir a essa realidade.

Todavia, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, a universidade precisa reencontrar-se com a sociedade brasileira, recuperando a sua missão de produtora e difusora de conhecimentos, de formadora dos intelectuais, homens de cultura profissionais que a sociedade requer, desenvolvendo o ensino-pesquisa-extensão adequados à realidade nacional, regional e local, mas, precisa também, responder aos desafios postos pela realidade, e enfrentar, dentro de suas especificidades, as candentes questões sociais que afligem a maioria da população brasileira.

Mas, é preciso ter sempre presente que não há, hoje, lugar para uma universidade aberta exclusivamente a

uma elite privilegiada: universidade freqüentada apenas pelos filhos dos "doutores" que terão, também, de ser "doutores", enquanto os operários e os seus filhos deverão continuar operários.

Também já passou o tempo da universidade feudo que, por esta razão, devia ter a sua direção herdada como nos regimes feudais.

Igualmente, não há mais lugar — conforme advertiu recentemente o professor Roberto Novaes, em palestra na Universidade Federal do Paraná —, para a cátedra como propriedade de um dono que, postado num pedestal, ditava as regras do seu próprio monólogo.

Muito menos há lugar para a universidade oligarquia de dirigentes e funcionários ou de alguns. A universidade moderna é uma unidade de elementos heterogêneos, na qual as relações entre professores, funcionários e alunos são descontraídas, cordiais e abertas.

Nos tempos atuais, a universidade deve ser concebida com base num alinhamento democrático e renovador com vistas a influir na construção de uma sociedade liberal, independente, livre e justa. A universidade deve ser aberta, inclusive, à participação da comunidade nas decisões do poder universitário. E em todo o processo de democratização brasileira o que se deve defender com maior ênfase são as oportunidades de ingresso na própria universidade. E esse problema se apresenta particularmente grave no Paraná, onde, os jovens, por falta de oportunidade para ingressarem no ensino de Terceiro grau no Estado, buscam outros Estados brasileiros, provocando essa alarmante evasão de jovens em nossas cidades, especialmente em direção ao Estado de São Paulo que apresenta um sistema universitário melhor estruturado do que o Paraná.

Efetivamente, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, o Paraná oferece menos oportunidade de vagas no ensino superior e, conseqüentemente, qualifica menos profissionais do que potencialmente poderia esperar-se do seu povo e do seu Governo, pois, enquanto a taxa média nacional de alunos universitários por habitantes, tomando-se por base o ano de 1980, início desta década, é de 1.16 por cento, no Paraná esta taxa é de apenas 0.87 por cento.

Como se verifica por esses números, estamos muito abaixo da taxa média nacional. E para que o Paraná possa alcançar a média oferecida pelo País, é preciso cobrir o "déficit" de aproximadamente 6.000 matrículas em todas as séries do ensino de terceiro grau.

Cabe, nesta oportunidade, recordar que, durante a campanha eleitoral de 1982, o então candidato a Governador do Estado, Sr. José Richa, e seus partidários, assumiram o compromisso público de direcionar a sua ação administrativa, caso fossem eleitos, (como veio a ocorrer), no sentido de eliminar o "déficit" de matrículas no ensino de terceiro grau e ampliar o ensino universitário gratuito, mediante a criação de novas universidades estaduais.

A implantação de Universidade em regiões cuja expressão sócio-econômica o justifique e que apresentem o requisito prévio de um adequado amadurecimento cultural, consiste no objetivo dessa elevada forma de institucionalização.

Ao tratar de iniciativa semelhante a esta nossa, para instituir a Universidade do Litoral, o então Deputado

Estadual Accioly Neto argumentou que "a região formada pelo litoral do nosso Estado, em conjunto com o Vale da Ribeira, igualmente litorâneo, preenche os requisitos para que essa Fundação possa existir, tendo-se em vista o quadro natural e peculiar, diferenciando-se do restante do território do Estado, rico em potencialidades quanto a valores minerais, hídricos e paisagísticos, possui sedimentação cultural tridentária, como célula mater de nossa formação histórica, além de sua expressão econômica como porta do mar e terminal do corredor de exportação". Desejo acentuar, como argumento ponderável que Paranaguá é o principal porto exportador do nosso Estado e um dos mais importantes do País, conhecido internacionalmente, e a baía de Paranaguá foi considerada por um organismo das Nações Unidas como a quinta mais importante reserva mundial para o desenvolvimento de estudos e atividades pesqueiras, a 5.^a do mundo.

Devo acrescentar que caberá à Universidade do Litoral tratar da pesquisa, do ensino e da extensão, sem prejuízo da Universidade, de temas ligados à nossa realidade mais próxima, relacionados com o ambiente natural e humano, tais como: oceanografia, biologia marinha, ornitologia, marinha e tropical; geologia do pré-cambiano, mineração e metalurgia dos ferrosos; geomorfologia em clima tropical úmido, pré-história ligada à formação de sambaquis, história dos períodos coloniais e imperial arquitetura colonial; direito marítimo e aeroviário, direito portuário e de transportes de cargas; merceologia de gêneros exportáveis, comércio exportador e importador, política cafeeira; cultivo das principais línguas utilizadas na comunicação internacional; medicina tropical; saneamento das baixadas, engenharia hidráulica e naval; agricultura, pecuária e silvicultura tropicais, industriais florestais; navegação, urbanização e turismo; pesca e preservação do meio ambiente em terra e no mar, podendo tais temas, constituir: cursos, disciplinas, tópicos de programas de disciplinas que os abranjam ou com eles se relacionem ou ainda objeto de projetos de pesquisas ou de convênios Universidade-Empresa.

Outro argumento a considerar é que a região do Litoral do Paraná, polarizada por Paranaguá, compreende uma população de aproximadamente 184 mil habitantes, distribuídos da seguinte forma:

Paranaguá	100 mil habitantes
Morretes	20 mil habitantes
Antonina	20 mil habitantes
Matinhos	12 mil habitantes
Guaratuba	22 mil habitantes
Guaraqueçaba	10 mil habitantes

A esses 184 mil habitantes devem ser acrescidos mais 200 mil, distribuídos nos municípios de Bocaiúva do Sul, Adrianópolis, Cerro Azul, partes de Colombo e Rio Branco do Sul, que constituem a região do Vale da Ribeira.

A população economicamente ativa do Litoral vem aumentando gradativamente, gerando, em números crescentes a oferta de empregos.

As escolas da Rede Estadual, Municipal e Particular, de segundo grau, nos diversos municípios, vêm lançando, ao Ensino Superior, aproximadamente 3.126 alunos distribuídos da seguinte forma:

Paranaguá	2.015
Morretes	332

Antonina	411
Matinhos	116
Guaratuba	252

Dessa demanda, a maioria se obriga a procurar em outros pólos educacionais cursos que conciliem a sua pretensão universitária, uma vez que a única Faculdade existente no Litoral, localizada em Paranaguá, oferece apenas cursos de Magistério (Licenciatura) e dois Técnicos (Administração e Ciências Contábeis) tornando restrita a opção por parte da juventude acadêmica, que anseia por melhores horizontes.

A atual Faculdade, hoje com 1.500 alunos, não comporta opções, devido ao exiguo espaço físico que possui.

A criação de novos cursos é de grande interesse da comunidade litorânea, observado o potencial crescente do número de alunos, bem como o grande crescimento e desenvolvimento da região.

Surgiram ao longo dos anos, grandes indústrias, que proporcionam um comércio promissor e uma grande parte de arrecadação, quando daí, a necessidade de técnicos especializados nas diversas áreas.

A atual população estudantil da Região Litorânea justifica a abertura de novas opções de ensino e pesquisa, devido ao grande impulso no seu desenvolvimento.

A criação de novos cursos, em outras áreas, se prende à antiga aspiração da comunidade local, com a finalidade de formalizar o ideal educativo do Litoral Paranaense, tendo em vista o amplo mercado de trabalho, pois diversos setores da Região se encontram desprovidos de profissionais especializados e não se poderia considerar plenamente realizada com apenas os cursos existentes na atual Faculdade, pois seu estágio cultural exige iniciativas novas.

Considerando essas necessidades e mais a de que a comunidade litorânea está firmemente empenhada em conseguir os objetivos a que se propõe e reconhecendo o interesse do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa; do Vice-Governador João Elísio Ferraz de Campos; e dos Senhores Deputados às causas da Educação, que seja lançada a semente que germinará, num futuro breve, a implantação em Paranaguá da Universidade do Litoral. Uma universidade que empreenda uma revolução curricular cujas conseqüências definirão sua singularidade. Uma universidade que tenha como principal agente dessa revolução e tecnologia. Uma universidade que adote nova tecnologia educacional como força vital no desenvolvimento de currículos para educação contínua. É isso que o povo paranaense almeja, em particular o povo do Litoral. É isso que incumbe ao Governo do Estado tomar realidade. E para tanto, trago a minha colaboração com o presente projeto de lei que submeto à consideração da Assembléia Legislativa, instituindo a Universidade do Litoral.

Analisá-lo, discuti-lo, aperfeiçoá-lo e aprová-lo é o que incumbe aos Senhores Deputados quando da sua apresentação e da discussão, atendendo, dessa forma, a esse justo anseio da população paranaense em suas preocupações de encaminhar soluções relacionadas com as graves questões do ensino superior no Paraná, além de contribuir para que o solene compromisso público do Governador José Richa e de seus partidários seja resgatado perante o povo do nosso Estado." Muito obrigado.

Curitiba, quinta, em 27.06.85

O SR. ODENI MONGRUEL — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. NELSON BUFFARA — Com muito prazer, eminente Deputado e doutor no assunto Universidade.

O SR. ODENI MONGRUEL — Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me proporciona, para observar que a sua fala, neste plenário, esta tarde, traz, indiscutivelmente, uma matéria do mais alto significado.

Vossa Excelência, numa fase como esta, de dificuldades nacionais, de crises econômicas, sociais e de caráter social, inclusive, Vossa Excelência, com seu tema, com a sua temática, com a sua obstinação em dotar o litoral com uma universidade própria, oferece a todos nós, paranaenses, as marcas do caminho que deveremos trilhar para vencermos as dificuldades presentes.

Não se progride, não se avança, não se desenvolve, se não for através do processo de educação e cultura.

A universidade que Vossa Excelência clama, para o litoral paranaense por certo, é uma universidade universal que tem as características iguais a todas as universidades do mundo, mas, pelas particularidades de que se reveste o litoral paranaense, não será apenas mais uma universidade, mas, será uma universidade que terá um perfil próprio, voltado para as questões do mar, especialmente, será uma universidade que desenvolverá cursos profissionalizantes neste campo, onde está, com certeza, a solução dos problemas da fome do mundo.

Vossa Excelência tem batido, permanentemente, e eu quero destacar a sua bravura e sua consciência. Vossa Excelência defende uma das causas mais nobres para a sociedade paranaense e a sociedade do litoral do Paraná, principalmente, com relação a sua cidade, a cidade de Paranaguá, pela tradição histórica, pela tradição e densidade cultural que apresenta, me parece perfeitamente procedente e justa esta colocação, no sentido de que se dote o Paraná, mais especificamente aquela cidade litorânea com a sede da universidade mais nova deste Estado, que espero venha a ser, justamente, esta que Vossa Excelência pleiteia.

Um detalhe, Deputado, que deve ser aqui salientado, quando uma cidade, como Paranaguá, busca a sua universidade, ela não está apenas almejando as questões mais grosseiras de "status" da municipalidade. Mas, eu quero crer, que é dever de comunidade que se desenvolve — como é o caso de Paranaguá — pleitear no aspecto intelectual, cultural e espiritual da sua gente, constituir o seu instituto de ensino superior maior.

É assim que eu vejo, a oportunidade com que Vossa Excelência tem batido, e repete tantas vezes, visando com isto criar condições favoráveis para dotar não apenas Paranaguá, mas todo o Paraná, e, por certo, este País, pelo significado, pela importância que terá, no futuro, a organização da Universidade Litoral do Paraná.

Neste momento, rendo a Vossa Excelência os meus cumprimentos, e me coloco na condição de educador universitário, inteiramente à disposição de Vossa Excelência e da comunidade de Paranaguá, para contribuir no sentido de fazer com que o tempo se encurte no processo de viabilização da Universidade do Litoral Paranaense.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA – Deputado Odeni Mongruel,

Vossa Excelência com o saber no assunto que eu exponho hoje, nesta casa, sensibilizou-me sobremaneira no seu aparte, não só pelo saber, pela erudição que Vossa Excelência tem nesse setor.

Por gentileza, retome-me a palavra, Sr.

Presidente, para que eu possa justificar a minha permanência na tribuna. Por nímia gentileza do Deputado Belinati, Líder do PDT, eu continuo.

O SR. ANTÔNIO BELINATI – O tempo do PDT está cedido ao Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA – Agradeço ao Deputado Belinati, ilustre Líder da Bancada do PDT, concedendo-me os quinze minutos que lhe são reservados.

Mas, dizia eu, Deputado Odeni Mongruel, que eu esperava o seu aparte. Vossa Excelência enriqueceu significativamente o meu pronunciamento, com os conhecimentos que Vossa Excelência tem no setor de ensino superior.

Confesso-lhe que precisarei muito da sua participação – de toda a Casa, mas, principalmente de sua participação, Deputado da minha bancada, meu amigo pessoal, por quem eu nutro uma grande simpatia, uma grande amizade, para que possamos levar à frente esta minha idéia, esta idéia que é nossa, e, quem sabe, possamos dar um régio presente ao litoral, onde iniciou-se a civilização do nosso Estado, levando para lá a tão decantada universidade que o litoral tanto espera.

Mas, dizia, Srs. Deputados, que o litoral possui características diferentes, o litoral tem uma série de fatores que o diferenciam de outras regiões do Estado, como célula “mater” de nossa formação histórica, além de sua expressão econômica, como porta do mar e terminal do corredor de exportação.

Concedo aparte ao simpático Deputado Fonseca.

O SR. JOSÉ FONSECA – Nobre Deputado Buffara, eu, talvez, não enriqueça o seu brilhante pronunciamento com tanta propriedade, como o Deputado Odeni Mongruel, emérito educador e interessado no ensino universitário.

Mas, não poderia deixar passar em branco esta oportunidade e, antes de mais nada, cumprimentá-lo pela oportunidade de seu pronunciamento nesta tarde, e dizer a Vossa Excelência que também me solidarizo quando Vossa Excelência traz a esta Casa, a preocupação do ensino universitário, um dos problemas que nos refutam, mais graves em nosso País, e, especificamente, particularmente, ao nosso Estado.

E vou mais longe em elogiar a atitude de Vossa Excelência, como um dos líderes políticos, há muitos anos, no litoral paranaense, e sabedores que somos que o litoral paranaense é o berço da nossa civilização e levando em consideração o grande problema em discussão, hoje, no mundo, em que a tecnologia, em que a pesquisa do futuro estará voltada para os mares, para os oceanos.

Então, nada mais apropriado não só para o futuro, mas para o preparo deste futuro que se avizinha, em que nós hoje nos debatemos com o problema da fome no mundo, em que é preciso buscar alimentos onde eles estiverem, nada mais apropriado do que uma universidade no litoral paranaense.

Tenho lembrança, e inclusive por ser gaúcho,

várias vezes, visitei a universidade do Rio Granda, no Rio Grande do Sul, que se volta à pesquisa oceanográfica e a semelhança de outros Estados, acho que no Paraná já tarda uma universidade neste sentido. Por isso sem a riqueza dos detalhes técnicos, Vossa Excelência tem desde agora o apoio político deste humilde Deputado. Parabeno o pronunciamento de Vossa Excelência, vamos unir as forças paranistas para que seu litoral tenha a sua universidade.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA – Deputado José

Fonseca, também não poderia deixar de demonstrar a minha gratidão a Vossa Excelência, Deputado do interior, mas que tem uma presença marcante no litoral, principalmente a cidade de Morretes, onde Vossa Excelência é muito estimado. As lideranças políticas do seu Partido tem por Vossa Excelência um grande respeito. Portanto esse projeto beneficiará, também Morretes, que tem por Vossa Excelência uma grande simpatia pelos serviços que vem prestando àquela cidade, Deputado Fonseca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os três minutos e meio que me restam, não me serão suficientes para ler o teor do projeto. Ele tem vinte artigos para serem analisados, dissecados e corrigidos, se assim entender esta Casa, pelos Senhores Deputados.

O projeto que eu apresento não é meu, e eventualmente eu sou o Deputado que o está apresentando, mas se este projeto se tornasse realidade, é desta Casa a responsabilidade dele, é dos Senhores Deputados, 58 Senhores Deputados que compõem o Legislativo paranaense.

Portanto, faço um apelo veemente aos Senhores Deputados, aos Líderes de Bancada, para que, quando da sua apresentação, não pelo fato de ser eu o Deputado, Deputado do PDS, que a minha bancada vai aprová-lo, sem um exame mais profundo, sem um estudo mais acurado. O que quero é dividir a responsabilidade com os Senhores Deputados. O que quero é que esta Casa se engrandeça dando ao litoral a universidade que aquela região tanto pede e necessita, a região embrionária deste Estado.

Portanto, uma homenagem muito justa, que os filhos prestariam ao pai; melhor dizendo, que outros municípios prestem ao município do litoral, onde se iniciaram a civilização e a cultura do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhores Deputados.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – No horário dedicado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA – Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Uma das maiores virtudes do homem público, do cidadão, é a serenidade e o respeito. O que qualifica a capacidade dos homens é respeitar as autoridades.

Podemos divergir na nossa opinião pessoal contra qualquer autoridade. Podemos não concordar com atos, combater com determinação, forças de administração dos homens quindados a postos

públicos, descer à lama, às ofensas gratuitas, às palavras banais, não é próprio daqueles que porventura queiram ter na vida pública a permanência e o respeito.

Vimos a esta tribuna, na tarde de hoje, Senhor Presidente, para contestar afirmações levianas e irresponsáveis do Senhor Dalton Paranaquá, diante das câmeras do Canal 4, no programa "Compromisso com a Verdade".

O Senhor Dalton Paranaquá representa uma espécie de homem público que está em extinção como ocorreu com os dinossauros na pré-história. O seu passado, pouco recomendável, nada acrescentou de positivo à classe política, que foi duramente golpeada em vinte e um anos de regime autoritário. O seu futuro será por certo o anonimato. Sabendo disso, o Senhor Dalton Paranaquá vem apelando para as agressões ao homem de bem, que, ao contrário dele, tem raízes profundas no coração da gente paranaense, tem um passado de lutas pela Democracia e por isso mesmo, tem passaporte visado rumo ao futuro que a Nova República há de construir neste País.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vejamos em síntese, o que disse o Senhor Dalton Paranaquá: "... que no poder o Governador José Richa não vem honrando os compromissos que assumiu com o povo". Todos sabem que o programa de Governo de José Richa está assentado nas diretrizes da campanha eleitoral que foram amplamente discutidas em todo o Paraná. Através dessas diretrizes que deram origem ao plano de Governo do PMDB, o Senhor José Richa assumiu o compromisso de realizar uma administração transparente, aberta a todos os segmentos da sociedade, voltada para a melhoria da qualidade de vida dos paranaenses, com austeridade e com eficiência e os resultados alcançados até aqui, demonstram que o Governador Richa vem cumprindo à risca os compromissos assumidos em praça pública. Bastaria lembrar, Senhor Presidente, as conquistas do funcionalismo público na atual gestão, o plano de eletrificação rural, a eleição dos dirigentes dos estabelecimentos de ensino, a recuperação administrativa e financeira das empresas vinculadas à administração estadual, o atendimento exemplar às reivindicações dos municípios, sem discriminação política e partidária e, principalmente, Senhores Deputados, o clima de austeridade, imposto a todas as atividades de Governo, para demonstrar que no poder hoje, como ontem na oposição, José Richa sempre honrou os compromissos assumidos com o povo do Paraná.

Diz Dalton Paranaquá: "... que o Senhor José Richa não gosta de trabalhar e que quando Prefeito de Londrina, quem administrava o Município era o seu Secretário". Não queremos entrar em detalhes, que seriam irrelevantes, mas lembramos que a administração José Richa foi reconhecida nacionalmente, por organismos, como o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, como modelo de eficiência e probidade.

Mais do que isso, Senhor Presidente, a Administração José Richa, na Prefeitura de Londrina, foi consagrada nas urnas com

expressiva votação em 1978, quando o PMDB o elegeu Senador e em 1983, quando pela vontade manifesta da grande maioria do eleitorado paranaense, José Richa foi eleito Governador.

"... que no pátio de uma ferrovia, o ex-Prefeito José Richa construiu um campo de futebol..." O Senhor Dalton Paranaquá, ao que parece, não conhece a topografia de sua cidade, nem sabe onde foi construído o Estádio do Café, atendendo o clamor popular que desejava ver o Londrina no campeonato brasileiro de futebol.

O Estádio foi construído em tempo "record", por administração direta, sem a participação de intermediários que só serviriam para onerar a obra. E a sua localização não tem ligação alguma com a ferrovia. Que toda LONDRINA sabe das negociações de José Richa.

O Senhor Dalton Paranaquá não detalhou negociação alguma, porque evidentemente elas não existem. E ao contrário do que ele afirmou na televisão, toda Londrina e todo o Paraná reconhecem a honestidade e a firmeza de propósito do Governador José Richa.

Ao contrário do que ocorre com ele, Dalton Paranaquá, que por três vezes foi processado por calúnia e nessas três oportunidades se retratou covardemente em Juízo, para escapar de uma punição mais rigorosa nos termos da lei. Provavelmente esse será o procedimento do Senhor Dalton Paranaquá, que agora será denunciado judicialmente pela Procuradoria Geral do Estado, por ofensas ao Governador José Richa.

A calúnia é a arma do covarde, e o povo do Paraná que sempre soube reconhecer os homens capazes e até de grandes sacrifícios para ficar em paz com a sua consciência e honrar os compromissos assumidos, dará no devido tempo a resposta que Dalton Paranaquá merece.

O Sr. Antônio Annibelli – Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, realmente o assunto que Vossa Excelência traz a esta Casa, eu não diria tratar-se de uma defesa do Governador José Richa, porque é tão pequeno, tão diminuto o cidadão que acusou o Governador José Richa num programa de televisão, é tão insignificante, e foi esse cidadão inclusive julgado pelo povo de sua cidade e massacrado pelo mesmo povo nas urnas, nas eleições de 1982. Mas, vale Vossa Excelência trazer este assunto para esta Casa, porque há de ficar gravado nos Anais da Assembleia Legislativa a posição tomada pelo brilhante Líder da Bancada do PMDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O que nós poderíamos acrescentar ao que Vossa Excelência apresenta? Sobre José Richa não apresentaríamos nada porque o seu posicionamento, o seu trabalho, como homem público no Estado do Paraná, é tão claro, tão transparente, que ele tem sido julgado constantemente pelo povo do Paraná e tem recebido o apoio maciço do seu povo.

Mas, Dalton Paranaquá – Dalton Paranaquá é, para ser bonzinho com ele, um mercenário da política do Paraná. Dalton Paranaquá militou por pouco tempo no extinto partido Popular do Estado do Paraná, partido este liderado pelo ex-Governador Jayme Canet. Dalton Paranaquá

saiu, visitou algumas cidades do Paraná na época, pregando o então partido Popular, as diretrizes do Partido Popular, a sua filosofia.

E quando o PP incorporou-se ao PMDB, quando o PP através da maioria dos seus membros veio somar ao PMDB na sua luta de tantos anos em busca da democracia no Brasil, Dalton Paranaguá fugiu como um rato assustado porque jamais iria ele pertencer à oposição que enfrentava o sistema de então. E ele retornou às suas origens. E na época consta, Excelência, ao voltar às suas origens, ao não acompanhar o Partido Popular na incorporação ao PMDB, teria cobrado da direção do PP os gastos que ele teria efetuado viajando e mantendo contactos políticos nas cidades do Estado do Paraná.

Então um cidadão que age dessa maneira, além de outros adjetivos, é um mercenário da política. E não me assustaria nada se amanhã eu tomasse conhecimento de que esse mercenário da política, esse rato assustado pela política do Paraná, recebeu algum dinheiro para prestar os depoimentos declarados na televisão, naquela noite negra para as famílias do Estado do Paraná.

Obrigado, Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Agradeço o aparte, nobre Deputado, e gostaria de acrescentar, para tornar público nesta Casa, pelo respeito inclusive ao Estado do Paraná, às autoridades constituídas deste Estado, aos homens de bem deste Estado, o teor de telex enviado junto ao Diretor Responsável pelo jornal "O Estado do Paraná", Nilson, dando ciência de que "o Procurador Geral do Estado do Paraná leva ao conhecimento de Vossa Senhoria de que o Senhor Dalton Paranaguá será responsabilizado criminalmente pelas declarações ofensivas ao Excelentíssimo Senhor Governador José Richa, prestados no programa "Compromisso com a Verdade", levado ao ar pela Televisão Iguaçu — Canal 4 e reproduzido no jornal "O Estado do Paraná".

Ao solicitar a divulgação do presente, pelo que antecipadamente agradeço, aproveito o ensejo para apresentar-lhe atenciosas saudações, igualmente ao Senhor Jamur Júnior, Diretor da TV Iguaçu, Canal 4, comunicando, da mesma forma, que, o Senhor Dalton Paranaguá será responsabilizado criminalmente pelas declarações ofensivas ao Excelentíssimo Senhor José Richa, prestadas no programa "COMPROMISSO COM A VERDADE", levado ao ar pelo Canal 4, pedindo a divulgação desses telegramas."

Porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, tenho certeza que, no íntimo do Senhor Governador José Richa, sabe, como disse com propriedade há poucos instantes num aparte o Deputado Ferrari Júnior que, não tem altura política para criticar o Governador José Richa, alguém que, como candidato a Prefeito no seu município fez pouco mais de mil votos, alguém que, como Secretário de Saúde, no Governo do ex-Governador Paulo Pimentel, foi um dos únicos a ser demitido — ou pediu demissão — pela incompetência no cumprimento das funções de Secretário. Sabe, o Paraná, rejeitar essas informações, mas não pode o Governo do Estado do Paraná, por respeito a tantos e quantos dirigentes, Prefeitos, autoridades existentes, permitir que uma pessoa desequilibrada, num programa de televisão venha

afrontar a autoridade, com palavras levianas, ofensivas, até os lares que ouviram esse programa, como essas aqui que constam no jornal "O ESTADO DO PARANÁ".

Continuando em suas ácidas críticas contra o Governador José Richa, Dalton Paranaguá lembrou que ele sempre fez política, como se fazer política fosse crime, ou fosse desonesto, numa ofensa direta a tantos homens que gastaram a sua vida como paranaenses fazendo política em defesa dos interesses do Estado do Paraná! E quando perdeu a eleição para o Senado, não tinha como sustentar a sua família, porque não gostava de trabalhar!

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, desde quando o mérito de um político honesto que, exercendo tantas funções públicas, ao perder um mandato encontra tanta dificuldade financeira porque não roubou, porque não pôs a mão no dinheiro do povo, porque agiu com honestidade na defesa dos mandatos que teve? Desde quando isto não merece ter o aplauso de todos aqueles que o reconheçam?

Então me permito, com o devido respeito a uma pessoa que fez mil votos como candidato a Prefeito, dizer que, talvez, na sua insignificância, tenha realmente que atirar pedras naqueles que têm valor para poderem ser lembrados. Porque duvido que um programa de televisão convidasse Dalton Paranaguá, pela sua expressão política no Paraná!

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço a Vossa Excelência e quero dizer que, Vossa Excelência levanta um assunto de grande importância nesta Assembléia Legislativa.

Nós que somos oriundos do Norte do Paraná — o Estado do Paraná reconhece hoje o brilhante trabalho desenvolvido por Sua Excelência, o Governador José Richa, o Paraná inteiro conhece, em todos os seus quadrantes e, principalmente em Londrina, que é a terra natal do nosso Governador do Estado. E evidentemente que este posicionamento tomado pelo ex-político, pelo ex-traidor do MDB, um homem frustrado na vida pública que não teve êxito através das suas comunidades, através da sua sociedade onde reside, e vem hoje atacar o Governador José Richa pela sua grande integridade que possui como Governador do Paraná.

E ao finalizar, Deputado Caíto Quintana, tivemos a oportunidade de, recentemente, encontrar Dalton Paranaguá quando visitava o Deputado Anibal Khury, e deu para nós observarmos e sentirmos que, pelas suas conversas, dá para se analisar que é um homem que está totalmente desequilibrado mentalmente. Esta é a realidade dos fatos e muito obrigado pelo aparte

O SR. CAÍTO QUINTANA — Eu pediria à Mesa concedesse-me um minuto para poder dar o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério — Muito obrigado a Vossa Excelência, e eu vou neste minuto sintetizar aquilo que penso. Foi lamentável efetivamente a atuação do Senhor Dalton Paranaguá no Programa "Compromisso com a Verdade".

Todo o Paraná reconhece no Governador

José Richa um homem sério, um homem honesto que, ao longo da sua vida publica, tem demonstrado, em todos os cargos por que passou, honestidade pessoal. Isso é inegável.

Então, eu lamento, como membro do PDS, como membro do seu Diretório, que isso tenha ocorrido. Mas nós queremos, nesta oportunidade, também estranhar o aparte do nobre Deputado Ferrari Júnior. Concordamos com tudo que ele disse, menos no final do seu aparte quando ele afirmou que o Senhor Dalton Paranaquá deveria ter levado dinheiro de alguém para fazer as afirmações que fez naquele programa. Nós queremos aqui dizer que não levou do PDS, de ninguém, que não é o nosso estilo de fazer política; e que conhecemos também os organizadores do Programa "Compromisso com a Verdade", os seus responsáveis: são jornalistas íntegros, jornalistas que têm procurado, através do seu programa, levar a todo o Paraná, com isenção partidária, porque ali comparecem representantes de todas as agremiações políticas, têm procurado levar ao povo paranaense esses programas para que o povo se inteire dos programas da capacidade, da cultura, da combatividade dos seus representantes. E um programa realmente de grande utilidade; agora vez por outra aparece uma pessoa assim com algum parafuso fora do lugar que comete as sandices cometidas no último programa.

Mas, não se pode debitar à direção, aos jornalistas que organizam e que são responsáveis por esse programa. De maneira que, nas entrelinhas, o que o nobre Deputado Ferrari Júnior quis dizer é que teria sido comprado para afirmar o que afirmou naquele programa. Se o foi, eu posso dizer de antemão: eu não tenho procuração dos jornalistas responsáveis por aquele programa, mas não foram eles os responsáveis, como também não foi nenhum membro da direção do meu Partido.

Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para encerrar, Senhor Presidente, creio não ter sido isso o dito pelo Deputado Ferrari Júnior, debite-se ao desequilíbrio momentâneo do entrevistado. Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Senhor Presidente, eu peço permissão a Vossa Excelência para fazer uma observação porquanto eu, em momento algum, envolvi qualquer apresentador deste programa de ou qualquer membro do PDS do Paraná. Contudo, eu repito, Senhor Presidente, e gostaria de deixar bem claro que eu entendo esse cidadão, o Doutor Dalton Paranaquá, um "mercenário" da política do Paraná e um "rato" da política. E não duvido que ele tenha levado dinheiro para falar as besteiras que ele falou. Não duvido nem um pouco; não dos brilhantes jornalistas desse canal de televisão, absolutamente, nem de membros do PDS, mas alguém, talvez, sabendo que essa "múmia" iria ser entrevistado num programa de televisão, deve ter lhe dado "algum" para ele falar as asneiras que falou.

Então, que fique registrada, bem clara, esta minha posição. Obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Senhor Presidente.

A Liderança da Frente Liberal ainda não foi consultada sobre o horário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — A primeira designação da Mesa foi para a Frente Liberal. Não se encontrava ninguém em Plenário...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que me conceda pelo menos cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em virtude do encerramento do período nesta semana, entrando em recesso já a partir de segunda-feira, é que ocupo a tribuna nestes cinco minutos. Em primeiro lugar para, já que não houve tempo suficiente para o aparte ao nobre Deputado Caíto Quintana, para dizer do nosso posicionamento pessoal com referência às críticas feitas pelo ex-Prefeito de Londrina, Dalton Paranaquá. Nós que somos oposição ao Governo, que criticamos muitas vezes na parte administrativa, mas respeitamos sempre a pessoa humana, jamais concordamos com os ataques pessoais entrando na vida pessoal do Senhor Governador José Richa. Nós que o conhecemos muito bem, sabemos do seu passado, poderemos até criticar administrativamente, podemos dizer até da incapacidade administrativa, mas jamais criticar a sua honestidade. Nós que conhecemos o seu passado, o seu mandato como Deputado, como Prefeito por Londrina e a sua condução dos trabalhos como Governo do Estado, merece a pessoa do Senhor José Richa, todo o nosso respeito a sua vida pessoal.

Mas, Senhor Presidente, quero também deixar registrado um pedido que recebemos do Prefeito de Maringá, Senhor Said Ferreira, do Prefeito de Marumbi e de representação de vários municípios da região, com referência ao Projeto Noroeste que nós voltaremos a esta tribuna para comentar logo no início do período Legislativo de agosto.

Mas, só para deixar registrado o nosso posicionamento, em especial com referência à construção do novo trecho, Maringá, Marumbi, Faxinal, Faxinal dos Mendes, Ponta Grossa, Curitiba, que vem encurtar em 80 Km o trecho da estrada, — hoje a Estrada do Café, desafogando esta estrada que vem ceifando muitas vidas, dado a sua precariedade, o seu estado acidentado, e que hoje já não comporta o tráfego que tem. Terá todo o nosso apoio. E voltaremos já no início de agosto, com mais dados, sobre este trecho de estrada, dando o nosso integral apoio.

É só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está encerrada a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA, com a presença de 57 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Senhores Deputados que irão compor a Comissão Especial que estudará os problemas atinentes aos Moinhos Coloniais de Trigo. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Gilberto Carvalho, na qualidade de Líderes do PDS e do PFL, respectivamente, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial que procederá estudos sobre o Trigo e os Moinhos Coloniais. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 69/85, constante da Ordem do Dia marcada para a Sessão de hoje. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento de preferência na discussão e votação de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 69/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 95/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira até o equivalente em moeda nacional a 63 milhões e 600 mil dólares dos EE.UU., de forma a complementar os recursos necessários para os fins que especifica. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDA DE PLENÁRIO.

Emenda — Aprovada.

Projeto — Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 20/85, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que define divisas do Distrito Administrativo de FLORIANO, localizado no Município de Maringá, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 60/85, de autoria do Deputado DONATO GULIN, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE BENEFICENTE GRALHA AZUL", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — (Pela Ordem) Sr.

Presidente, o projeto de Lei n.º 20/85 de nossa autoria, há um pedido de dispensa de Redação Final.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezzi) A Mesa

informa que após a votação da Ordem do Dia nós consideremos o requerimento de autoria de Vossa Excelência.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n.º 238/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Paulo Frontim, o imóvel transcrito sob n.º 1134, às fls. 52, do livro 3-1 do Cartório de Registro de Imóveis, de Mallet — PR. conforme especifica. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 238/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao município de Paulo Frontim, o imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, de forma geométrica irregular sem benfeitorias com área de 14220.00 m.² (quatorze mil, duzentos e vinte metros quadrados), situado no quadro urbano da Cidade de Paulo Frontim, à Rua 14 de Dezembro, com as seguintes confrontações e metragens: Ao Norte, confronta-se com a primeira face com o Posto de Puericultura, Posto de Saúde e com Orestes Svidnicki, numa extensão de 98.50 metros, e a segunda face com o lote de José Tenchena, numa extensão de 31.00 metros; Ao Sul, confronta-se com o lote de Nelson Dozorec e lote da Prefeitura, Parque Infantil; numa extensão de 158,00 metros; A Leste, confronta-se com a primeira face com a Rua 14 de Dezembro, numa extensão de 65,00 metros, e segunda face com o lote de José Tenchena, numa extensão de 25,00 metros e finalmente ao Leste, confronta-se, com a Rua Presidente Médici, numa extensão de 144,00 metros, e conforme Registro devidamente transcrito sob n.º 11.334, às folhas 52, do livro n.º 3-1 do Cartório de Registro de Imóveis, de Mallet - Pr.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1984.
(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O imóvel que se pretende seja revertido ao Município de Paulo Frontim, foi doado através de escritura pública de doação, em 11/09/81 ao Estado, com o objetivo da construção de um Centro Social Rural, através da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, da Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social.

Tendo em vista que até a presente data não houve qualquer pronunciamento ou intenção de ser aproveitada aquela área pela Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, para as finalidades previstas na citada escritura.

É intenção da atual administração Municipal utilizar aquela área em benefício da comunidade local, com obras comunitárias.

Com isso é que apresentamos o presente plano de lei, visando a reversão daquele imóvel ao patrimônio do Município de Paulo Frontim.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezzi) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira, Gilberto Carvalho e

Antônio Belinati, na qualidade de Líderes do PMDB, PFL, PDS e PDT, constante do expediente, solicitando a dispensa da votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 110/85, que objetiva majorar os salários do funcionalismo público estadual. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira e Gilberto Carvalho, na qualidade de Líderes do PMDB, PDS e PFL, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 110/85, que objetiva majorar os salários do funcionalismo público estadual. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira e Gilberto Carvalho, na qualidade de Líderes do PMDB, PDS e PFL, constante do expediente, solicitando dispensa da votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 69/85, que objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos em moeda estrangeira, de forma a complementar os recursos necessários para fins que especifica. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante de expediente, solicitando dispensa da Redação Final do Projeto de Lei n.º 20/85, que define divisas do Distrito Administrativo de Florianópolis, localizado no Município de Maringá. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Resolução n.º 58/85, que cria a Assessoria Cultural da Assembleia Legislativa do Estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo de Alencar Furtado, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, convocando-o para prestar esclarecimentos a esta Casa, de quais razões da exoneração dos Srs. Superintendente e Diretora Artística da Fundação Teatro Guaíra. — Em votação.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu solicito a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) 31 Srs. Deputados responderam a chamada, há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá atender o pedido de verificação de votação requerido pelo Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado. (É procedida a verificação de votação)

18 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam, conforme o artigo 92 do Regimento Interno e 22 da Constituição, por falta de "quorum" necessário.

Curitiba, quinta, em 27.06.85

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Poderia ler o texto integral do artigo?

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Procede à leitura do artigo 92 do Regimento Interno e 22 da Constituição.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — (Pela Ordem) Quer nos parecer que há a interpretação de que aí não há número para votação, ou de que, apenas que o número que votou em favor do Requerimento é insuficiente para votação, é interpretação, e a hermenêutica do Direito, interpreta a lei aquém, em cima e além do texto. Gostaria também de conhecer a interpretação deste artigo do Regimento Interno em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa informa que dezoito Srs. Deputados aprovaram e doze rejeitaram. Portanto, estabeleceu-se o "quorum" para votação, de trinta Srs. Deputados. O que ocorre, é que nós interpretamos, na interpretação da Mesa que o requerimento não obteve a maioria absoluta dos votos dos membros da ASSEMBLÉIA, conforme prevê o Regimento, que é o "quorum" mínimo de trinta votos.

O SR. OSVALDO DE ALENCAR FURTADO — Trinta votos não é maioria, Sr. Presidente? São 58 Srs. Deputados, trinta votaram...

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa informa por deliberação de seus membros ...

O SR. LUIZ ALBERTO — (Pela Ordem) Vossa Excelência, então, interpretando o Regimento Interno, decide pela não convocação do Secretário de Estado? É essa a decisão da Mesa? A Mesa interpreta de que o requerimento não foi aprovado, por não obter ...

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) ... o "quorum" exigido pela Constituição.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pois bem, então recorro da decisão do Plenário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) A Mesa entende que não pode acolher o recurso de Vossa Excelência porque não deixou de aceitar proposição alguma, apenas interpretou o Regimento e a Constituição. A Mesa não se negou a receber qualquer proposição, que é quando cabe, realmente recurso ao Plenário. Está rejeitado o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Interior, encarecendo a imediata reativação do Programa Especial do Oeste do Paraná - PRODOPAR — Aprovado. À Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o

envio de expediente ao Sr. Presidente desta Casa, visando a indicação de uma Comissão de Deputados, para representar a Assembléia nas comemorações de inauguração da sede própria e do 11.º aniversário de "O Diário do Norte do Paraná", no Município de Maringá.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando seja designado o dia 30 de outubro do corrente ano, à Sessão Solene para entrega do Título de Cidadão Honorário paranaense a Dom Pedro Casaldáliga.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Jornal "O Diário do Norte do Paraná", no Município de Maringá, felicitando-os pela inauguração de sua sede própria, bem como pela passagem do 11.º aniversário de fundação.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República e Ministro das Minas e Energia, objetivando a isenção do IPI sobre a aquisição de automóveis destinados ao serviço de táxi seja estendida também, aos veículos fadados ao exercício das funções de viajantes comerciais e corretores de imóveis.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo estudos que colimem a contratação dos remanescentes da quarta turma do Curso de Formação de Agente Fiscal.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do BANESTADO, encarecendo para que adote uma correta política de pessoal, a fim de sanar as distorções existentes e que penalizem os funcionários daquele estabelecimento de crédito.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Administração e da Previdência e Assistência Social -Área Rural.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de

congratulações pela passagem do 93.º aniversário de emancipação política do Município de Clevelândia.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. José Vicente Paroli, Antônio dos Santos Soares e Paulo Sérgio Rodrigues, fundadores do Movimento Político do Paraná.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre viagens de Secretários de Estado e dirigentes de empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista, no período de 1.º de junho de 1984 a 27 de junho de 1985.-Aprovado. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE -(Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Administração e Superintendente do IPE, objetivando a implantação da homeopatia naquele Instituto.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de uma ponte sobre o Rio São Mateus, com o comprimento de 25m, no Município de Jussara.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo para que os agentes e inspetores de saneamento do Estado, passem para o quadro de funcionários da Administração Direta do Estado.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do IAM, objetivando auxílio para a construção da sede própria da Guarda-Mirim do Município de Mandaguari.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do

expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, visando atenção especial às reivindicações contidas na "Carta do Trigo", aprovada pela V Reunião Nacional da Indústria do Trigo e que busca fixar diretrizes para uma política nacional do trigo.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente à FUNABEM, objetivando estudos com vistas a buscar alternativas aos métodos de confinamento de menores carentes ou abandonados em orfanatos e reformatórios.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo medidas no sentido de assegurar que será dado prioridade às firmas paranaenses na decisão da concorrência da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Segredo.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, encarecendo prioridade na aprovação dos projetos paranaenses enviados ao FUNTEC, em especial aos solicitados pelo Município de Rolândia.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a formação de uma Comissão Especial para tratar de reparos na BR-101 - trecho Curitiba/Florianópolis, composta por cinco (5) membros, mantidos os critérios de representatividade.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, visando providências no sentido da imediata ampliação do sistema telefônico do Município de Toledo.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do Expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, objetivando para que as concessionárias dos serviços públicos estaduais dispensem o pagamento de taxas ou tarifas pelo fornecimento de água e energia elétrica às entidades que atendem o menor abandonado e a velhice desvalidada.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Curitiba, quinta, em 27.06.85

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Membros da Representação do Estado, na Câmara e no Congresso Nacional, pleiteando a revogação de norma jurídica, referente ao parágrafo único, do art.6., da Lei Complementar n.º 28, de 18 de novembro de 1975, modificado pela Lei Complementar n.º 39, de 10 de dezembro de 1980. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato, Tadeu França e Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando voto de louvor, por intermédio do DER, ao Coordenador da 9.ª Coordenadoria Regional do DER, no Município de Maringá, pelos relevantes serviços prestados no setor sob sua jurisdição. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência atendendo apelo do ex-Deputado José Domingos Scarpelini, convida os Senhores Deputados, bem como os funcionários do Poder para sua posse amanhã, às 15:00 horas, na Superintendência da SUDEPE, à Rua Carlos de Carvalho, 708.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Ordinária, para sexta-feira, dia 28, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 110/85, 69/85, 21/85, 65/83. e dos Projetos de Resolução n.º 61/85.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 238/84.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 233/85

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 3049, de 18 de abril de 1985, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, item II, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, RONALDO LOPES LINHARES, matrícula n.º 086, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, Classe "B", Referência IV, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais correspondentes à

Curitiba, quinta, em 27.06.85

simbologia DAS-4, de acordo com o Art. 140, item III, da mesma Lei, acrescidos de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e quatro (04) adicionais incorporados, de acordo com o Art. 170 e parágrafo único e 171 §§ 1.º e 2.º, respectivamente da referida Lei n.º 6174, e cem por cento (100%) do vencimento de

gratificação, pela prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO", 27.06.85.

(aa) NILSO ROMEU SGUAREZI

Presidente

ANIBAL KHURY

1.º Secretário

QUIELSE CRISÓSTOMO

2.º Secretário